

REVISTA SANTA RITA

Ciências Humanas



Foto: <https://www.holiste.com.br/wp-content/plugins/phastpress/phast.php?service=images&src=https%3A%2F%2Fwww.holiste.com.br%2Fwp-content%2Fuploads%2F2018%2F01%2Fdepressao-fragmentos-730x466.jpg&cacheMarker=1601661195-63766&token=99e4c4965173a811>

ISSN 1980 -1742

Ano 15 – Número 34 – Dezembro de 2020

Todos os direitos desta edição estão reservados*

REVISTA SANTA RITA

CIÊNCIAS HUMANAS

Ano 15, Número 34, Dezembro de 2020
ISSN 1980-1742

FICHA TÉCNICA

| | |
|----------------------|---|
| Reitor da UNISAN | Anunciato Storópoli Neto |
| Assessor da Reitoria | Gabriel Sassi Storópoli |
| Conselho Editorial | Antonio V. B. Mota F ^o - UNICAMP/ École des Haut Étude en Science Sociale (Paris) Gabriel Sassi Storópoli - UNISAN Sílvia Sassi Storópoli - UNISAN |
| Corpo Editorial | Francisca Gorete Bezerra Sepúlveda Jorge Luiz Barros da Silva Paulo de Tarso Santini Tonon |
| Edição e editoração | Paulo de Tarso Santini Tonon |



Unidade Jaçanã: Avenida Jaçanã, 648 – Jaçanã São Paulo – SP – CEP 02273 001
<http://www.santarita.br>
Telefone (11) 2241 – 0777

** permitida a livre reprodução e divulgação, desde que a fonte seja adequadamente citada*

CAPA

SUICÍDIO: A ESCOLHA ENTRE O SOFRER E O NÃO VIVER

Luis Antonio da Silva



Foto: <https://www.holiste.com.br/wp-content/plugins/photopress/phot.php?service=images&src=https%3A%2F%2Fwww.holiste.com.br%2Fwp-content%2Fuploads%2F2018%2F01%2Fdepressao-fragmentos-730x466.jpg&cacheMarker=1601661195-63768&token=99e4c>

No começo de dezembro de 2019, o Google divulgou uma lista com as pesquisas mais realizadas no ano. Entre as dúvidas mais consultadas pelos brasileiros estava a de “como fazer com que as pessoas gostem de mim?”. Segundo levantamentos da Unifesp (Universidade Federal de São Paulo) e da OMS (Organização Mundial da Saúde), as taxas de suicídio cresceram 24% no Brasil entre 2006 e 2015, entre pessoas de quinze a vinte e quatro anos, fazendo com que o suicídio seja a segunda maior causa de morte entre os jovens.

O clima de Natal e de fim de ano, para muitos um dos melhores do ano, pode ser bastante frustrante para os que não conseguiram alcançar todas as metas, realizar todos os sonhos, sentem-se cobrados pelo tempo, pelos familiares e amigos, por si mesmos, ficam com aquele sentimento de solidão e de tristeza. Em 2017, o CVV (Centro de Valorização da Vida) divulgou que, no mês de dezembro, principalmente nesse período de festas, as ligações de pessoas pedindo ajuda costumam aumentar em cerca de 15%.¹

Sentir-se triste no final de ano é mais comum do que se pensa. Em serviços públicos de saúde e clínicas particulares, é comum haver um aumento do número de casos de pessoas em elevado grau de sofrimento, depressivas e até mesmo com ideações suicidas.

Segundo dados do Instituto Nacional de Saúde dos EUA, o número de registro de suicídios e tentativas também aumenta no país norte-americano. Nesse período, muitas pessoas experimentam melancolia e depressão. Hospitais e forças policiais registram aumento de suicídios e tentativas. Psicólogos e psiquiatras também observam aumento da procura de pessoas com queixa de depressão em seus consultórios.²

Com a proximidade do fim do ano, é bastante comum que as pessoas parem, olhem para trás e façam um balanço dos dias que passaram. Essa atitude, inofensiva para uns, pode ser fatal para outros. Pesquisa realizada no México apontou os feriados, especialmente Natal e Ano-Novo, como as datas com maior frequência de suicídios.

Apesar de o estudo, publicado em 2016, ter apenas um recorte mexicano, essa tendência também parece ser uma realidade no Brasil, de acordo com o psiquiatra Rafael Moreno de Araújo, membro do Comitê de Prevenção do Suicídio da Associação de Psiquiatria do Rio Grande do Sul.³

Fontes:

¹<https://capricho.abril.com.br/comportamento/depressao-de-fim-de-ano-tentativas-de-suicidio-crescem-no-mes-de-dezembro/>

²<https://posfg.com.br/depressao-e-suicidio-aumentam-no-final-de-ano/>

³<https://gauchazh.clicrbs.com.br/saude/noticia/2018/12/psiquiatra-alerta-para-risco-de-suicidio-no-periodo-de-natal-e-ano-novo-cjs8tu000lrh01pie5s3z15q.html>

O entendimento sobre os fatores e as razões que levam as pessoas a chegar ao ato de eliminar a própria vida ainda são incertos e nada precisos. O estudo sobre o até suicida se dá somente pelo número estatístico de mortos em decorrência de tirar a própria vida. No mais, os fatores e razões são especulações sobre a condição mental ou até mesmo condições e influências sociais que levam a uma determinada pessoa a se auto extinguir.

A presente reflexão tem como propósito abordar um breve relato sobre o conceito de suicídio ao longo da história, a doença mental e o sofrimento mental, bem como a angústia do existir e da existência, procurando elucidar o que um comportamento suicida e uma atitude suicida, e os impactos que estas ações agem sobre o indivíduo, a família e a sociedade no ato de morrer. Por fim, abordar a questão do suicídio como um cuidado com o viver e tratar essas questões de maneira a abordar a saúde mental, prevenindo assim outros transtornos ou atos como o próprio suicídio.

Historicamente o suicídio sempre foi motivo de estudos e pesquisa. Afinal, quais são as condições que levam alguém a chegar a praticar um ato contra a si mesmo, em alguns momentos de forma repentina e em outros, de formas mais dolorosas. O que se sabe são registros de como a pessoa morreu e, a partir de então, verificar se havia ou não traços de insanidade mental, ou mesmo se a pessoa que morreu estava em dívida, traiu ou foi traído, ou arrependido de algo que comentou. Porém, a condenação do ato estava vinculada a fatores que levaram ao assassinato de si mesmo, se houvesse dados sobre o sofrimento mental, o suicida tinha seu perdeu, agora se o ato praticado fosse de origem pessoal, o mesmo deveria ser punido pelo seu crime.

Condições a parte da história de como o suicídio era abordado, também de como a pessoa que cometeu tal ato deveria ser ou não punida, existem algumas hipóteses que suscitam a história, como por exemplo, o fato do suicídio ser uma coisa praticada por pessoas fracas, uma vez que para a loucura o ato era perdoado.

Condições à parte, o fato de alguém desejar extinguir a própria vida, essa pessoa está em sofrimento mental, ponto chave deste artigo para discussão sobre o suicídio. E neste ponto entramos em outra abordagem sobre o suicida, o fato de uma pessoa com qualquer tipo de problemas relacionados com comportamentos ou transtornos mentais, independente do grau e tipo, é considerada uma pessoa doente. E a doença mental sempre foi tratada como algo que afeta o indivíduo, mas principalmente a sociedade por não ser considerada como algo normativo.

O tratamento dado a doença mental era sofrido, isolado e punitivo, na maioria das vezes para que houvesse uma adequação e controle social, além do fato de se imaginar que a doença mental era fruto de uma família desajustada e que possivelmente houvesse transmissão da doença entre os membros da família.

Além das questões sobre a doença mental, o fato de tirar a própria vida é condenável perante o sagrado. Em termos criacionistas, a vida é dada por Deus ou pelo poder Divino, e somente esse poder tem as condições para dar ou tirar a vida, portanto, matar a si mesmo é visto como algo que não merece o perdão dos homens, muito menos o perdão de Deus, não tendo inclusive a permissão ao lugar sagrado no paraíso mas sim, condenado a viver “no inferno em pecado eterno”.

APRESENTAÇÃO

A Revista Santa Rita é uma publicação eletrônica da UNISAN - Centro Universitário Santa Rita, que objetiva o desenvolvimento e a democratização do acesso ao conhecimento.

Da mesma forma, é nossa missão levar ao conhecimento do mundo acadêmico os trabalhos de nossos professores, pesquisadores de outras instituições e também trabalhos de alunos que, em parceria com seus orientadores, notoriamente se destacaram em qualidade e importância.

Espero que os artigos publicados nesta edição, além de partilharem informações e conhecimentos com outros pesquisadores, possam motivar a produção de conhecimento científico, que se faz tão necessária nos dias de hoje.

Boas Festas, boa leitura e até a próxima edição!

O editor

SUMÁRIO

ARTIGOS

| | |
|--|----|
| 1 - A INTERDISCIPLINARIDADE NO ENSINO DE HISTÓRIA | |
| <i>Alex Sandro Tomazini</i> | 6 |
| 2- A EDUCAÇÃO A DISTANCIA COMO FERRAMENTA NA ADEQUAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM | |
| <i>Rodrigo Santos Buoro</i> | 13 |
| 3- JOGOS DIGITAIS E O ENSINO APRENDIZAGEM: GAMIFICAÇÃO | |
| <i>Victor Tchiya Soares</i> | 20 |
| 4- ENVELHECIMENTO E QUALIDADE DE VIDA: REVISÃO DE LITERATURA | |
| <i>Alex Sandro Tomazini</i> | 27 |
| 5- ALIENAÇÃO PARENTAL: PRINCIPAIS ASPECTOS, A GUARDA COMPARTILHADA E A MEDIAÇÃO COMO FORMAS DE EVITAR SUA OCORRÊNCIA | |
| <i>Danielle Milani Cunha e Lauriana Venancio Catarino de Souza</i> | 32 |
| 6- A ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO NA CONSCIENTIZAÇÃO E PREVENÇÃO DO CÂNCER DE PRÓSTATA | |
| <i>Aldaires Pinheiro da Costa, José Antonio Gonçalves Silva, Kátia Pires Benites, Myrcea Andressa de Souza Tilger e Selma Montosa da Fonseca</i> | 44 |

ENSAIO

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E SEXUALIDADE

Luis Antonio da Silva.....50

NORMAS GERAIS PARA PUBLICAÇÃO.....55

A INTERDISCIPLINARIDADE NO ENSINO DE HISTÓRIA

Alex Sandro Tomazini

*Graduado em Geografia, Mestre em Ciências Ambientais pela Universidade Brasil, Doutor em Ciências da Educação pela Saint Peters College . Mestrando em Ciências da Educação pela University of Athens e no curso Governo, Estado e Políticas Públicas na Universidade Latino Americana de Serviço Social.
alextomazini2010@hotmail.com*

RESUMO

Este artigo aborda as estratégias de compreensão dos conteúdos tratados na escola e focaliza o ensino da História nas séries do Ensino Médio. Considera que os alunos devem seguir o percurso inverso dos saberes de História para que rememorizem, reflitam, contextualizem e produzam novas significações e, dessa forma, ampliem sua percepção do mundo e a compreensão do presente. Dessa forma, o docente estará possibilitando estratégias de aprendizado das quais participarão a análise, a síntese e a construção de novos conhecimentos a partir dos conteúdos lecionados em sala de aula.

Palavras-chave: *História. Interdisciplinaridade. Projetos. Aprendizagem.*

ABSTRACT

This article addresses the strategies for understanding the content treated at school and focuses on the teaching of history in the high school grades. He considers that students should follow the reverse path of knowledge of History so that they can remember, reflect, contextualize and produce new meanings and, thus, expand their perception of the world and the understanding of the present. In this way, the teacher will be enabling learning strategies in which the analysis, synthesis and construction of new knowledge from the content taught in the classroom will participate.

Keywords: *History. Interdisciplinarity. Projects. Learning.*

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo trata do uso de estratégias de compreensão dos conteúdos tratados na escola e está delimitado para o ensino da História nas séries do Ensino Médio.

O desejo de aprofundar neste tema surgiu da inquietação com os últimos resultados do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM e neste aspecto o objetivo é mostrar uma imensa lacuna entre propostas e

ações; planejado e executado; intenções e efetividade.

O Ensino Médio oferece ao discente ferramentas para que ele possa se inserir no mundo sócio-político-econômico e caminhar sozinho? Este é um questionamento a responder para que se tenha uma identidade do Ensino Médio e levem à compreensão das mudanças atuais, possibilitando novos sentidos para essa modalidade de ensino que coloca como princípio filosófico o *Aprender para a Vida*.

Conforme os PCN (BRASIL, 1998, p. 81):

Faz parte da profissão docente reconhecer que o saber escolar é construído na interlocução. Incorpora a dimensão do diálogo interpessoal, da diversidade cultural, das significâncias múltiplas de seus interlocutores. Cada situação de sala de aula requer escolhas didáticas específicas e reflexões sobre o processo construído coletivamente.

As atividades propostas em sala de aula, a fim de que sejam construtoras de sentidos, devem possibilitar que os estudantes observem, analisem, sintetizem e interpretem, a partir dos múltiplos aspectos do tema focalizado, estabelecendo relações, levantando novas questões, extrapolando para outros assuntos (SOLÉ, 2008).

Justifica-se a presente pesquisa na medida em que se considera que a Interdisciplinaridade e a prática dos projetos não são apenas a junção de saberes, o encontro de ciências mas, sobretudo, uma intenção de unir as percepções de mundo que navegam nas comunidades, construídas historicamente.

REVISÃO DA LITERATURA

Segundo Machado (2010, p. 9), “existe algo que é anterior a todos os projetos, ou seja, algo que nos mantém vivos e é condição de possibilidade de todo projetar. Este algo pode ser chamado de esperança, vontade, ilusão.”

Em sua conotação mais frequente, em várias línguas, a palavra ilusão ostenta uma face negativa, caracterizando-se como irrealidade, engano ou erro. Em todas as línguas porém, ilusão está associada à ideia de imaginação, fantasia, utopia, projeto.

Nas Ciências Humanas, por exemplo, em qualquer situação, poucos são os que se orgulham de estar desiludidos a respeito de

qualquer tema; quase todos gostariam, portanto, de ter ilusões, ou de não ter perdido as esperanças.

Considerando a origem da palavra ilusão (jogo), ter ilusões é achar que vale a pena estar no jogo, é permanecer jogando, seguindo as regras e buscando os resultados. Não ter ilusões é crer que não vale a pena prosseguir seguindo as regras; é desistir de jogar o jogo da vida. Um professor precisa de ilusão pelos alunos, precisa acreditar na sementeira, na fecundidade de um trabalho e no resultado que pode alcançar agindo. A associação entre ilusão e ação pode contribuir para a compreensão das conexões entre jogos, ilusões e projetos (HERNÁNDEZ, 2008).

Se for verdade que não se vive só de sonhos, só de ilusões, que nos alimentamos como seres humanos dos projetos que realizamos, também o é que sem sonhos, sem ilusões, sem esperança, sem vontade de viver – ou de jogar – não se fazem projetos.

Convém em rápidas palavras distinguir projeto de utopia, pois segundo Machado (2010, p. 15), essa última é uma forma radicalizada de projeto, que visa, em geral, à comunidade humana em seu conjunto, não sendo delimitadas geográfica ou temporalmente. Não se realiza em lugar nenhum, em tempo algum, não tendo o compromisso com o futuro, característico da ideia de projeto.

Por via analógica, ainda considerando Hernández (2008), utopias costumam ser associadas a coisas impossíveis de se realizar, ou desejos vãos. Por outro lado, sonhos, ilusões, e particularmente utopias são essenciais para alimentar a imaginação no caminho para a elaboração de projetos.

Pode-se considerar pelo exposto, que o ser humano precisa construir visões e sonhar com um futuro melhor, pois faz parte

da natureza humana não se contentar com o presente. Todos os seres humanos deveriam conceber utopias, no sentido de serem capazes de imaginar um mundo que funcionasse de um modo que considerassem mais adequado. Enfim, alimentar utopias é ter a vontade de transformar globalmente a realidade, de construir a história.

O educador deveria refletir coerentemente sobre tais coisas, buscando negar para transformar, devendo pois, a partir da situação histórico-social atual, atuar com ética, respeito e coerência, o que significa transformar sem destruir as bases do desenvolvimento humano, ou seja, gerar melhorias no que já existe, devagar, mas de forma constante (HERNÁNDEZ, 2008).

O mesmo autor afirma que a prática pedagógica nas salas de aula, infelizmente tem omitido esta atuação transformadora do professor e conseqüentemente, do aluno. Encontramos algumas vezes na sala de aula, um local de infelicidade, de tédio, de desmotivação; os assuntos parecem não ter a ver com a realidade, não trazem resultados imediatos e, no máximo, impelem o aluno para atividades mecânicas, que, embora bem intencionadas, não despertam dinamismo e muito menos necessidade do conhecimento.

Muitas foram as tentativas de implementação de projetos, segundo Barbosa (2010); porém, quase todas tiveram pouca duração, devido ao fato de que a operacionalização dessa perspectiva teórica de organização do trabalho esbarrava em ideias convencionais sobre a função da escola, do ensino e também da aprendizagem.

Mesmo encontrando restrições, a dinâmica de vida da sociedade atual e as novas características da infância e da adolescência, nos mostram que é necessária a modificação na forma de estruturar e

organizar a vida escolar e isso pode ser feito por meio de projetos. Os projetos são formas de organização do trabalho escolar na busca de conhecimentos, pela realização de atividades desenvolvidas pelos alunos que estabelecem, dessa maneira, a relação entre teoria e prática (BARBOSA, 2010).

Para o mesmo autor, é fundamental que o professor, antes de pôr em prática um projeto, faça um diagnóstico para conhecer aquilo que seus alunos já sabem e o contexto e a situação cultural em que estão inseridos, para assim poder aplicar os métodos investigativos adequados ao nível de saber por eles já adquirido.

Qualquer projeto que se destine a propiciar aprendizagem e estudo pela busca de informações, descobrindo, respondendo a questões etc., significa estudar de maneira criativa através da inovação e pela mudança na metodologia de ensinar, que representa o espírito renovador da escola. Os projetos, como estratégias de aprendizagem, fazem com que os alunos sejam os criadores e os construtores de sua formação (HERNÁNDEZ, 2008).

Por reconhecerem que eles mesmos é que devem descobrir e buscar as respostas para o problema ou para os fatos a estudar, os alunos sentem-se completamente satisfeitos com o que fazem – e o fazem de maneira surpreendente.

A praticidade e a utilidade do projeto se fundamentam nas experiências já testadas com sucesso, em muitas escolas; na psicologia da aprendizagem por descoberta; nos conceitos de Piaget sobre o desenvolvimento evolutivo e o sentido de construção do conhecimento a partir do que os alunos já sabem; na necessidade de vincular a teoria à prática, que leva à organização dos conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais a

serem ensinados; na preocupação do trabalho partilhado, que favorece a solidariedade e a aprendizagem democrática (MARTINS, 2011).

A escolha ou indicação dos temas dos projetos a serem investigados deve obedecer a critérios, tais como: devem ser problemas com possíveis soluções a serem encontradas; de preferência, essa escolha deve recair sobre temas que possam ser trabalhados por diferentes disciplinas, em diferentes momentos e para diferentes finalidades; os temas devem estar relacionados a situações cotidianas significativas para os alunos, ou por eles vivenciadas; os temas devem estar adequados aos objetivos do projeto educacional proposto pelo planejamento da escola (HERNÁNDEZ, 2008).

A palavra *projeto* segundo Machado (2000, p.1), costuma ser associada ao trabalho, tanto de engenheiros ou arquitetos, quanto a trabalhos acadêmicos, à estruturação de planos educacionais, políticos ou econômicos. No entanto, a ideia de projeto está presente em contextos mais abrangentes, mais pessoais e diz respeito a todas as ações que caracterizam o modo de ser do ser humano.

Ainda segundo Machado (2010, p. 2), etimologicamente, a palavra projeto deriva do latim *projectus*, participio passado de *projicere*, significando algo como um jato lançado para frente.

Na sua prática diária os educadores deparam com muitos problemas educacionais, ou seja, necessidades que professores e alunos têm, durante o processo de ensino e aprendizagem. Normalmente o professor está atento aos problemas, mas pouco consegue quanto a resolvê-los. Vejamos como podemos resolver estes problemas, fazendo uso de um projeto de trabalho. (MARTINS, 2011)

O projeto de trabalho, segundo Martins (2011, p. 15), é uma resposta – nem perfeita, nem definitiva, nem única – para a evolução que o professorado quer, refletindo sobre sua própria prática, para melhorá-la. A organização do projeto de trabalho se baseia fundamentalmente numa concepção da globalização entendida como um processo muito mais interno do que externo, no qual as relações entre conteúdos e áreas de conhecimento têm lugar em função das necessidades que trazem consigo o fato de resolver uma série de problemas que subjazem na aprendizagem.

A prática interdisciplinar deve levar os alunos ao plano da ação refletida, a uma consciência dos problemas a resolver e daí para a consciência dos meios cognitivos – que não devem ser apenas dedutivos, mas plenos de indução, em que se recria um contexto e se tem uma percepção ampliada do conhecimento, para além dos limites impostos, levando à libertação e possibilitando um modo de comunicação que ultrapasse a simples junção das disciplinas escolares e a prática de reproduzir informações.

A interdisciplinaridade é fundamental para ampliar a visão dos profissionais e acadêmicos e facilitar as tomadas de decisões, tendo em vista o atual estágio de maturidade do conhecimento humano e a velocidade e profundidade das mudanças sociais, econômicas, políticas e tecnológicas. Promover a interdisciplinaridade é possibilitar o estabelecimento de relações entre conceitos abordados em diferentes disciplinas, explicitando a interdependência do conhecimento para romper com a fragmentação (FURLANETO, 2008).

O movimento da interdisciplinaridade surgiu na Europa, principalmente na França e Itália, em meados de 1960, de início, como

tentativa de elucidação e de classificação temática das propostas educacionais de rompimento com a fragmentação da educação, conquanto o destino da ciência multipartida ensejava a falência do conhecimento - na medida que se distanciava de um conhecimento em totalidade, se estaria decretando a falência do humano, a agonia da civilização (FAZENDA, 2004).

Chubin et al. (2006), afirma que a interdisciplinaridade é um problema de conhecimento e qualquer tentativa de entender o seu conceito torna-se dificultoso, já que existem diferentes opiniões sobre a sua origem. Para alguns, o tema é antigo e tem suas raízes nas ideias de Platão, Aristóteles, Rabelais, Kant, Hegel e outras figuras históricas que foram consideradas pensadores da interdisciplinaridade. Para outros, é inteiramente um fenômeno do século XX, com raízes nas modernas reformas educacionais, pesquisa aplicada e movimentos na fronteira da disciplinaridade.

Na verdade, o mesmo autor defende que o termo interdisciplinaridade não surgiu antes do século XX, mas as ideias são bastante antigas, de modo que é importante tratar da moderna concepção de interdisciplinaridade.

A interdisciplinaridade é fundamental para ampliar a visão dos profissionais e acadêmicos e facilitar as tomadas de decisões, tendo em vista o atual estágio de maturidade do conhecimento humano e a velocidade e profundidade das mudanças sociais, econômicas, políticas e tecnológicas. Promover a interdisciplinaridade é possibilitar o estabelecimento de relações entre conceitos abordados em diferentes disciplinas, explicitando a interdependência do conhecimento para romper com a fragmentação (FURLANETO, 2008).

Estar aberto e ter percepção sobre o que está acontecendo no mundo e no jeito de

pensar é essencial para possibilitar a participação ativa nos caminhos que levam ao conhecimento e às práticas de busca do conhecimento. A base da interdisciplinaridade é a visão total do conhecimento e a abertura daqueles que vão fazer acontecer o sucesso de uma aprendizagem significativa.

Para Fazenda (2004), na história da interdisciplinaridade, Gusdorf¹ apresentou à Unesco um projeto de pesquisa interdisciplinar (de totalidade) para as ciências humanas – a intenção seria orientar as ciências humanas para a convergência, trabalhando pela unidade humana, sujeita a dicotomias como ciência e arte; cultura e ciência; objetividade e subjetividade; percepção e sensação; espaço e tempo.

Conforme Chubin et al. (2006), considerando a desintegração do conhecimento, Gusdorf apontava obstáculos para o conhecimento interdisciplinar: a) subdivisão das disciplinas – a criação de linguagens específicas para cada saber; b) reforço institucional – instituições de ensino e pesquisa reforçam a subdivisão das disciplinas; c) desenvolvimento de sistemas feudais de desenvolvimento – a multiplicação de instituições e os espaços intelectuais cada vez mais compartimentados; d) divisão das culturas – a divisão das culturas gera divisão de mentalidades; e) formas de interdisciplinaridade falsa – o ajuntamento de pessoas com domínio de vários saberes não implica interdisciplinaridade real; f) sintetização do saber dominado – síntese nos limites do domínio do saber fragmentado.

A interdisciplinaridade surgiu como um ponto de vista capaz de exercer uma reflexão aprofundada, crítica e salutar sobre o funcionamento das instituições educacionais,

¹ Georges Gusdorf (1912-2000), filósofo e epistemológico francês, que tratou das ciências humanas e do pensamento ocidental, preocupando-se com as questões da pedagogia, metafísica, significação, entre outras. Fonte: Unicamp (2008).

permitindo a consolidação da autocrítica, desenvolvimento da pesquisa e da inovação (FAZENDA, 2004).

Lück (2009), ao tratar de interdisciplinaridade, defende que, ao organizar o documento transnacional *Interdisciplinaridade e Ciências Humanas*, em 1983, Gasdorf tratou de pontos de encontro e cooperação das disciplinas que formam as ciências humanas e da influência que umas exercem sobre as outras, seja do ponto de vista histórico, seja do filosófico. São analisados os problemas e os campos de estudo mais significativos, além de mostrar certas relações entre as ciências naturais e humanas.

Na escola, então, interdisciplinaridade passa a ser a organização da informação dos conhecimentos escolares, para que a aprendizagem não se realize por uma simples adição, e sim pelo estabelecimento de conexões a partir dos conhecimentos que os alunos já possuem.

Buscar a interdisciplinaridade na atividade pedagógica, fará do educador um pesquisador, consciente e comprometido com a sua autonomia e a do aluno, empenhando-se objetivamente, para o sucesso de sua atuação.

Observa-se na fala dos autores citados que o discurso oficial do Ensino Médio é o de formação para a vida, porém, identifica-se por meio de vários contra-argumentos, um Ensino Médio para o capital, em que a formação é para o atendimento das necessidades produtivas. Portanto, o discurso indica uma formação para a ávida e a prática para o capital.

Trabalha-se a questão das relações de poder e as diferenças no cotidiano da escola, sob o olhar de vários teóricos que deixam transparecer que a Escola é para o capital e não para a vida. Contudo, foram lançadas propostas dos autores citados, de ações contra-hegemônicas que mostram possíveis caminhos para a superação das limitações do capital e assunção de uma escola para o povo.

Considera-se que a escola média precisa rever o passado, articular o presente e lançar um projeto para o futuro, simples, claro e objetivo, isto é, que atenda os anseios da comunidade escolar e local e os princípios da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, superando as limitações da cidadania, diferença e relações de poder capitalistas.

Neste aspecto é que este trabalho procurou valorizar o ensino da História pautado pela pedagogia dos projetos e pela ação interdisciplinar e, antes de se escrever algumas considerações finais é importante esclarecer que não há verdades absolutas, de modo que o que se vier a declarar como conclusão estará passível de novas visões, de novas conceituações e novos paradigmas. O ser humano é um eterno aprendiz e essa é a sua melhor qualidade.

Ao se tratar de História, com base em Martins (2011), pode-se identificá-la como um fenômeno complexo e heterogêneo, pois articula, contemporaneidade, passado, futuro, capitalismo, condição local, nacional, internacional, cultura, povos, crenças.

Também, com base em Chubin et al (2006), para que um fenômeno seja tratado como complexo, exige do pesquisador: flexibilidade para a incerteza; familiaridade; continuidade; experiência extrema; e, essencial, a concepção de que existe um outro, não como etnocentrismo, mas como interação e integração, ou seja, não se domina sozinho, mas com o referencial do outro, como complementaridade para compreensão da complexidade.

O modelo hegemônico de civilização precisa ser questionado radicalmente e o desafio do pensamento crítico é superar os estreitos limites desse paradigma de pensamento único, para indagar outros saberes, outras práticas, outros sujeitos, outros imaginários capazes de conservar viva a chama das alternativas para essa ordem social de hegemonia do capital.

Infelizmente, as atuais estruturas disciplinares das universidades latino-americanas cristalizadas pelas relações de

poder do capital, cristalizam também o conhecimento sob a luz da naturalização e cientificação do mundo neoliberal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma escola interdisciplinar significa contextualizada com a realidade presente, e democrática, isto é, que dê oportunidades a todos de adquirirem competências importantes para a vida social, profissional e pessoal, uma questão de coerência com as diretrizes educacionais nacionais, na medida em que pressupõem uma formação do aluno para o mundo do trabalho e para o seu sucesso como cidadão.

Na escola interdisciplinar deve-se estar buscando formar um espaço de aprendizagem coletiva e cooperativa, de modo que se possa despontar como uma comunidade de pessoas que se identificam num mesmo objetivo e que se assumam como tendo a mesma vontade.

Ainda sobre a especificidade do cotidiano escolar, coloca-se que a escola trabalha com crianças, jovens e adultos, o que

não é fácil mesmo porque são pessoas e, portanto, subjetivas, únicas e com necessidades diferentes. Não é só isso; tem a administração dos professores, o trabalho com o processo pedagógico, a integração da escola com outros âmbitos, a administração dos recursos financeiros, o cuidado com os recursos físicos e materiais.

O grande desafio do educador interdisciplinar passa a ser a reflexão permanentemente renovada acerca dos modos como enfrentar as oportunidades e as ameaças de uma sociedade da informação e da comunicação, fazendo da escola o que ela sempre representou para as pessoas, um lugar onde se aprender a aprender, a fazer, a viver e a ser.

O professor deve usar a interdisciplinaridade como uma estratégia pedagógica que assegure aos alunos a compreensão dos fenômenos naturais e sociais. Ao relacionar o conhecimento escolar aos contextos naturais e sociais de onde foi extraído e onde é aplicado, se deve fornecer aos alunos as ferramentas mentais para a compreensão e a ação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARBOSA, M.C.S. Por que voltamos a falar e a trabalhar com a pedagogia dos projetos? **Revista Educação**, nº 4. Porto Alegre: Projeto. Janeiro/junho 2010.
- BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Brasília: MEC, 1998.
- CHUBIN, D.; PORTER, A.; ROSSINI, F.; CONOLLY, T. **Interdisciplinary Research an Analisys: A Book of Readings**. USA: Lomond, 2006.
- FAZENDA, I.C.A. **Interdisciplinaridade: História, Teoria e Pesquisa**. Campinas: Papirus, 2004.
- FURLANETO, E.C. **A prática interdisciplinar**. São Paulo: Érica, 2008.
- HERNÁNDEZ, F. **A organização do currículo por projetos de trabalho**. Porto Alegre: Artmed. 2008.
- LÜCK, H. **Pedagogia Interdisciplinar: fundamentos teórico-metodológicos**. Petrópolis: Vozes. 2009.
- MARTINS, J.S. **O trabalho com projetos de pesquisa**. Campinas: Papirus. 2011.
- SOLÉ, I. **Estratégias de leitura**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

A EDUCAÇÃO A DISTANCIA COMO FERRAMENTA NA ADEQUAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

Rodrigo Santos Buoro

Graduado em Enfermagem pela Universidade Nove de Julho, Mestre em Ciências da Saúde com MBA Serviços de Saúde e especialização em Auditoria em Serviços de Saúde, Docência para o Ensino Superior, Docência para o Ensino Superior e Técnico em Enfermagem, Enfermagem em Psiquiatria e Saúde Mental, Psicanálise, Qualidade de Vida e Dependência Química e Terapia Familiar

rodrigo.buoro@santaritaedu.onmicrosoft.com

RESUMO

A educação a distância é vista como uma possibilidade de disseminar o conhecimento a um número maior de indivíduos de maneira mais prática, autônoma e participativa dos sujeitos, para isso se faz necessário o conhecimentos das ferramentas educacionais e as formas de aprendizagem disponíveis, visto que o desenvolvimento de ferramentas educacionais adequadas aos ambientes de aprendizagem pode colaborar para que o processo de ensino aprendizagem ocorra de forma mais eficiente, alcançando o objetivo desejado, o aprender. É necessário que as plataformas de EAD ofereçam interatividade, integridade e desempenho para os seus usuários, suporte no processo de ensino aprendizagem entre alunos, professores, material didático e instituição de ensino. O presente trabalho pretende dar mostras de estudos que comprovam a eficiência da introdução de ferramentas tecnológicas ao processo de aprendizagem permitindo uma melhor abordagem do assunto.

Palavras-chave: *educação a distância, dificuldades, docente, tecnologias.*

ABSTRACT

Distance education is seen as an opportunity to disseminate knowledge to a greater number of individuals in a more practical way, autonomy and participation of the subject, for it is necessary the knowledge of educational tools and ways of learning available, since the developing appropriate educational tools for learning environments can contribute to the process of teaching and learning occurs more efficiently, achieving the desired goal, learning. It is necessary that the EAD platforms offer interactivity, integrity and performance for its users, support in the teaching learning among students, teachers, teaching materials and educational institution. This paper aims to show signs of studies that prove the efficiency of the introduction of technological tools to the learning process allowing a better approach to the subject

Keywords: *distance education, difficulties, teaching, and technology.*

Introdução

Podemos entender educação a distância (EAD) como um conjunto de estratégias desenvolvidas por sistemas educativos, com o objetivo de oferecer conhecimentos específicos para um número maior de grupos populacionais que, por múltiplas razões, têm dificuldade em acessar os serviços educativos regulares. Entre essas razões Kenski (2008), destacava que as de origem socioeconômica, falta de oferta do curso em determinadas regiões do país, entre outras,

situações estas que, de um modo ou de outro, impedem o acesso ou a continuidade no processo educativo.

Neste contexto a EAD apesar de viabilizar o processo de ensino-aprendizagem reduz significativamente o vínculo entre professor/aluno. Sendo assim para que todo este processo ocorra de maneira adequada é necessário modificar a própria concepção político-pedagógica subjacente.

O Ministério da Educação o Sistema Nacional de Educação a Distância, criou a Lei de Diretrizes e Bases de Educação, um capítulo sobre a Educação a Distância por meio da Lei 9.394 de Dezembro de 1996, sendo regulamentada pelo Decreto n.º 2.494, de 10 de fevereiro de 1998, tratando especificamente das instituições e cursos de educação a distância e são expressões jurídicas que asseguram o avanço, no País, da educação a distância. (BRASIL, 1996; BRASIL, 1998)

Contudo, Camacho (2009) ressalta que o ambiente virtual não define o processo de educação a distância, visto que o ambiente e as suas interfaces condicionam, mas não determinam. Para que o processo de ensino aprendizagem ocorra é necessário estabelecer uma comunicação entre os sujeitos envolvidos, discentes e docentes.

Sendo assim, a interatividade e as suas interfaces no ensino a distância são a palavra chave que nos permite entender a importância desta modalidade de ensino.

Sobre este prisma o professor/tutor deve assumir a postura de formulador de problemas e não somente ser um transmissor de saberes, provocando no discente, várias interrogações, e pró atividade sistematizando assim experiências, valorizando o diálogo e a colaboração. CAMACHO (2009, p. 589) elucida esta questão veja no trecho abaixo:

“Na perspectiva da interatividade, o professor pode deixar de ser um transmissor de saberes para converter-se em formulador de problemas, provocador de interrogações, coordenador de equipes de trabalho, sistematizador de experiências, e memória viva de uma educação que, em lugar de prender-se à transmissão, valoriza e possibilita o diálogo e a colaboração.” (CAMACHO, 2009, P. 589)

A educação a distância como uma possibilidade de disseminar o conhecimento a um número maior de indivíduos de maneira mais prática, autônoma e participativa dos sujeitos. Neste contexto é importante desenvolver ferramentas que possibilitem ao discente vivenciar a prática, mesmo a distância.

Este estudo se justifica pela percepção que temos desta necessidade, visto que o desenvolvimento de ferramentas educacionais adequadas aos ambientes de aprendizagem pode

colaborar para que o processo de ensino aprendizagem ocorra de forma mais eficiente, alcançando o objetivo desejado, o aprender.

O problema de pesquisa deste estudo é: É possível utilizar a educação a distância como ferramenta para o processo de ensino aprendizagem?

Temos como hipótese que a inclusão digital, como o simples uso da internet no Brasil ainda não está bem disseminado, pois ainda temos os chamados “analfabetos digitais” e está problemática pode contribuir para o mau uso da educação a distância no Brasil.

As mudanças ocorridas nos últimos anos no âmbito da educação, justifica a necessidade de se discutir de que forma a educação a distância pode ser utilizada como uma possibilidade de disseminar o conhecimento a um número maior de indivíduos de maneira mais prática, autônoma e participativa dos sujeitos. Sendo importante neste contexto desenvolver ferramentas que possibilitem ao discente vivenciar a prática, mesmo a distância.

Justifica-se pela percepção que se tem desta necessidade, visto que o desenvolvimento de ferramentas educacionais adequadas aos ambientes de aprendizagem pode colaborar para que o processo de ensino aprendizagem ocorra de forma mais eficiente, alcanço o objetivo desejado, o aprender.

Objetivo Geral

Conhecer o funcionamento do processo de educação a distância como ferramenta para o processo de ensino-aprendizagem.

Objetivos específicos

- Estudar e discorrer sobre quais ferramentas o docente deve possuir para que o processo de ensino-aprendizagem ocorra de maneira adequada.
- Conhecer as vantagens e desvantagens do ensino a distância.
- Avaliar o desempenho e conhecimentos dos docentes ligados ao ensino a distância.

Método

Trata-se de um estudo de revisão bibliográfica exploratória, por meio das bases de dados LILACS e SCIELO. Para elaboração dessa revisão serão percorridas as seguintes etapas: estabelecimento de referencial teórico, por meio dos seguintes critérios de inclusão: artigos que abordem a temática, publicados entre os anos de 2005 a 2015, nos idiomas inglês e português (BR); e de exclusão artigos que não abordem a temática, fora do período de publicação proposto, notas e editoriais.

Os descritores utilizados serão: educação a distância, dificuldades, docente, tecnologias.

A apresentação dos resultados e discussão dos dados obtidos será feita de forma descritiva, possibilitando ao leitor a avaliação da aplicabilidade da revisão integrativa elaborada, a fim de atingir o objetivo desse método.

Tecnologia Aplicada ao Ensino

De acordo com o MEC a referência de qualidade para a autorização de cursos de graduação de ensino a distância apresenta uma lista de itens que devem ser considerados em um curso de ensino a distância, e destina-se a orientar os alunos, professores, técnicos e gestores das instituições de ensino superior no desenvolvimento de novos projetos, a fim de que os seus processos e produtos para atingir um elevado nível de qualidade

A educação tem um sério desafio, pois precisa assegurar o acesso às novas tecnologias, preparar essas gerações para a mobilização desses recursos técnicos formando cidadãos livres, sujeitos do seu processo educativo, além da identificação do papel de pesquisadores que alunos e professores devem assumir.

Para a aprendizagem a distância, foram criados os ambientes virtuais de aprendizagem que são tecnologias digitais, em que são disponibilizados recursos, que serão diferentes de acordo com cada ambiente, com o objetivo de fazer mediação e gerenciamento da EAD. Para Silva (2003, p.62), o EAD é a sala de aula no ciberespaço:

O ambiente virtual de aprendizagem é a sala de aula online. É composto de interfaces ou ferramentas decisivas para a construção da

interatividade e da aprendizagem. Ele acomoda a web roteiro com sua trama de conteúdos e atividades propostos pelo professor, bem como acolhe a atuação dos alunos e do professor, seja individualmente, seja colaborativamente. (SILVA, 2003, p.62)

Com as redes de computadores o envio e busca de textos se faz com maior rapidez:

- Web permite não só o processo de um acesso mais rápido aos documentos de texto, mas também os gráficos, fotos, sons e vídeos de uma forma não-linear utilizando a tecnologia de hipermídia.
- E-mail permite que as pessoas se comuniquem de forma assíncrona, enquanto chats, bate papos permitem a comunicação síncrona entre várias pessoas.
- Videoconferência, integrando componentes visuais e textuais.
- Chat Room metade com potencial didático a ser estudado, pouco utilizado nas atividades de ensino, permite:
- Videoconferência, comunicação interativa que permite que duas ou mais pessoas em diferentes locais podem encontrar cara-a-cara com a comunicação de áudio e visual em tempo real.
- Conferência de áudio, sistema de transmissão de áudio, recebida por um ou mais utilizadores em simultâneo.

Ao contrário do que acontecia no passado podemos dizer que houve um avanço na Educação a distância, antigamente a informação era passada para o aluno EAD por meio de apostila, revista, artigos, cartas, logo mais passou a ser por rádio, televisão, fax, áudio, hoje graças aos recursos tecnológicos as informações chegam instantaneamente a nível mundial através dos recursos digitais, multimídias, vídeos conferências, chats.

A educação a distância utiliza tecnologia principalmente para gestores de comunicação, professores, tutores e alunos. Segundo Giolo (2010) os ambientes virtuais de aprendizagem ou plataformas de EAD fornecem as ferramentas que permitem a comunicação entre todos os

intervenientes e trouxe a expansão e acessibilidade do conhecimento

Alguns cursos a distância se destacam por oferecer meios de integração de recursos textuais, som e imagem, bem como suporte para as interações entre os participantes. Muitos destes sistemas estão restritos às instituições que os desenvolvem, enquanto outros se tornam produtos comerciais.

É necessário que as plataformas de EAD ofereçam interatividade, integridade e desempenho para os seus usuários, suporte no processo de ensino-aprendizagem entre alunos, professores, material didático e instituição de ensino. Dias (2009), define que os objetivos das atividades de apoio à aprendizagem, as tecnologias a serem utilizadas, a avaliação, os procedimentos formais acadêmicos e o funcionamento do sistema como um todo é fundamental que se estabeleçam as estratégias e mecanismos pelos quais se pode assegurar que esse sistema vá efetivamente funcionar conforme o previsto.

A formação acadêmica pode ser classificada como:

- Coordenadora Pedagógica: determina os objetivos e conteúdo dos cursos; define o método.
- Professor conteúdo: produz conteúdo conforme orientações pedagógicas. Ele é responsável por planejar o conteúdo das disciplinas que compõem o curso.
- Professor teórica: coordenação de atividades individuais e etapas de aprendizagem, aconselha e guias; ajudar a montar o curso de formação; promove a comunicação; organiza grupos de trabalho

Atualmente vivemos em uma sociedade marcada por mudanças constantes de cenários diários relacionados a nossa vida diária e essas mudanças acontecem em ritmo acelerado é necessário se adaptar ao momento. Com a chegada da internet conseguimos ampliar nosso tempo, tornando o mundo mais dinâmico e acelerando processos que antes eram considerados lentos tornando-os mais ágeis.

Na área educacional possibilitou que as pessoas estudassem sem sair de casa, criando condições de estudar em qualquer lugar e a qualquer momento, os cursos ofertados a

distância além de promover diploma a curto prazo, permitem também as pessoas com tempo escasso possam estudar requerendo assim dedicação, disciplina e esforço.

Para Cervera (2008), a situação de comunicação na EAD requer uma adaptação, assim como nos adaptamos a qualquer outra situação de comunicação: ao escrevermos uma carta, ao descrevermos um fato, ao argumentarmos sobre um assunto. Pensar no ensino a partir de uma sequência didática é concentrar esforços no sentido de estabelecer metas e percursos para atingir o objetivo da aprendizagem, seja no âmbito presencial ou no virtual.

Os recursos tecnológicos na educação trazem muitos benefícios, mas é preciso que o docente conheça as ferramentas que tem à sua disposição. É importante ressaltar que existem barreiras que podem interferir na utilização dos recursos tecnológicos e que tais barreiras incluem os fatores socioeconômicos. Vivemos em um país de grande contraste social, no qual a distribuição de renda é desigual, embora a distribuição de renda tenha melhorado nos últimos anos em função dos programas sociais. Nosso desafio como educadores é buscar a situação pedagógica compatível com os princípios afetivos, exercendo assim uma ação educativa que respeite e valorize as individualidades, que respeite as dificuldades de cada aluno.

Modelos de Ensino a Distância

Independentemente do modelo utilizado, o aluno é sempre o foco no EAD. Segundo o ministério da Educação (2005), é necessário garantir a qualidade e a interação entre alunos e professores, hoje facilitada pelo avanço dos recursos tecnológicos. Segundo Dias (2009, p 44) a interação é fundamental no processo do ensino e aprendizagem e o curso a distância tem que estar ancorado ao sistema de comunicação.

“A interação é um componente fundamental no processo de construção do conhecimento. Um curso superior à distância precisa estar ancorado em um sistema de comunicação que permita ao aluno resolver, com rapidez, questões referentes ao material didático e seus conteúdos.” (DIAS, 2009, P. 44)

Segundo Rodrigues e Barcia (2011) e com base nas informações sobre EAD descritos neste artigo, apresentamos os possíveis modelos de

abordagem à distância: salas de aulas são locais onde o aluno se encontra pelo menos uma vez por semana; o tamanho do local depende da quantidade de alunos e a instituição controla o andamento das aulas e os recursos tecnológicos utilizados.

Aprendizado Independente, os estudantes recebem o material e o cronograma; os alunos não participam de salas de aulas, mas a instituição disponibiliza um professor tutor para o esclarecimentos das dúvidas.

Estudos abertos, o estudante recebe o material didático, juntamente com as vídeo aulas,; os encontros não são presenciais, mas é necessário participar de fóruns para realizar discussões dos temas propostos e esclarecimentos de dúvidas

Atualmente as pessoas tem a oportunidade de cursar uma graduação e obter certificação de curso superior, graças a facilidades proposta pelas instituições de ensino e aos programas governamentais. O EAD veio para agregar e ajudar essas pessoas com dificuldades financeiras, carentes de tempo para uma graduação presencial, a realizar a tão sonhada certificação.

O EAD possibilita a inclusão social para pessoas portadora de necessidades especiais, pois independentemente da suas deficiências podem acessar e estudar de casa, como qualquer outro aluno.

Dias (2003) ao abordar as vantagens e desvantagens, foi bem sucinto. Segundo o autor, as vantagens possibilitam que pessoas com dificuldade de acesso ao local da instituição devido à distância, possam estudar sem sair de casa. Quanto às dificuldades financeiras, geralmente estes cursos apresentam valores de mensalidades mais acessíveis. Favorece as pessoas com dificuldades de tempo, pois não existe horário fixo para as aulas online - os horários são flexíveis.

Garcia (2010), destaca como desvantagens, que todo aluno deverá ter disciplina, comprometimento e dedicação para com os estudos; se não existirem estas qualidades por partes dos alunos, não haverá aproveitamento ao final do curso; além disso haverá desperdício financeiro se os módulos não forem aproveitados cem por cento.

Para Nunes (2010, p. 155), é necessário consciência, determinação e força de vontade; as ferramentas e os recursos tecnológicos ficam à disposição do aluno, cabendo ele utiliza-los de maneira correta; o trecho abaixo ilustra essa afirmação:

“Educação a Distância é uma metodologia de ensino irreversível e que agregar as tecnologias para a oferta dos cursos, por meio de diferentes mídias, é algo imprescindível. O conjunto de tecnologias contribui para que a EAD tenha maior interação entre os envolvidos e maior facilidade para o registro das informações, assim como para a ampliação dos canais de disseminação, inclusive na facilitação da construção do conhecimento” (NUNES, 2010, P. 155)

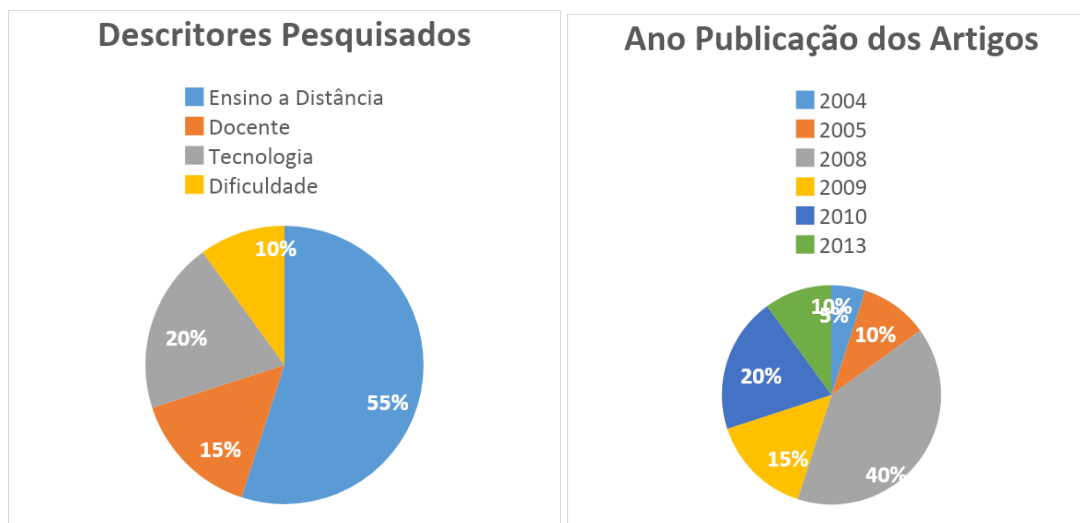
Resultados

Este estudo foi desenvolvido por meio de revisão de bibliográfica, o período da coleta de dados foram entre 05/10/2015 à 20/01/2016, nas bases de dados descritas na metodologia, os diferenciais das revisões sistemáticas baseiam se na busca de informações, utilizando as fontes de dados.

Todos os artigos foram analisados criteriosamente quanto a inclusão ou exclusão na análise estatística, foram utilizados como descritores: educação a distância, dificuldades, docente e tecnologia. Quanto aos critérios de inclusão das referências analisadas todas possuíram aderência ao objetivo proposto, as análises das referências foram baseadas nas publicações dos últimos 10 anos em virtude do grande avanço da educação a distância tantos em curso de extensão como nos cursos de graduação.

Após análise dos artigos pesquisados, foram encontrados 12 artigos (Figura 02) relacionados a temática, foram realizados uma organização do conteúdo quanto ao ano, tipo de publicação, descritores com a devida temáticas. Referente ao quantitativo das referências por ano (Figura 01) foram encontradas 40% publicações em 2008, 15 % em 2009, 20% em 2010, 10 % em 2013, 10% em 2005, 5% em 2004, este demonstrativo mostra que ocorreu um avanço em 2009, nos anos seguintes houve-se um declínio e na atualidade existem uma escassez de trabalhos sobre o tema proposto.

Figura 01 - Variáveis Descritores e Ano de Publicação



Fonte: Pesquisa de Revisão Bibliografia 2016

Quanto às publicações relacionadas aos descritores tivemos 55% ao ensino a distância, 15% ao docente, 20% tecnologia, 10% dificuldade do aluno, estes dados demonstram o aumento de artigos publicados sobre o ensino a distância, seguido por tecnologia, este crescimento é resultado da grande procura por cursos onde a modalidade é a EAD.

Figura 02 - Artigos Pesquisados

| Artigo | Publicação | Fonte |
|--|------------|--------|
| Análise das publicações nacionais sobre educação à distância na enfermagem. Revista Brasileira de Enfermagem. | 2009 | SciELO |
| Ministério da Educação - Portarias | 2004 | Online |
| O ensino-aprendizagem do gênero resenha crítica na universidade | 2008 | SciELO |
| . Educação sem distâncias: utilização do WebCT como ferramenta de apoio para o ensino da Terapia Intravenosa na Graduação em Enfermagem. | 2009 | SciELO |
| Tendências de laEducación a Distancia. | 2010 | Lilacs |
| Novas tecnologias na sala de aula | 2008 | SciELO |
| Educação a distância: tensões entre o público e o privado. Educação Sociedade | 2013 | Lilacs |
| Moreira Experiências em educação a distância no Brasil. Revista de Enfermagem. | 2008 | SciELO |
| Educação à Distância como estratégia para a educação permanente em saúde: possibilidades e desafios. | 2008 | SciELO |
| Desenvolvimento, aplicação e avaliação de um curso à distância sobre tratamento de feridas | 2009 | Lilacs |
| Diferença entre EAD e Educação Online: depoimento de uma pesquisadora. | 2008 | Lilacs |
| Transformações no trabalho e na formação docente na educação a distância | 2010 | Lilacs |
| Ministério Educação - Portaria | 2005 | |
| Ministério da Educação Portaria | 2008 | |

Fonte: Pesquisa de Revisão Bibliografia 2016

Diante desses achados pode-se afirmar que existem poucos estudos recentes sobre a abordagem e um crescente número de artigos publicados sobre a temática, justificando que as ferramentas de hoje com a abordagem de ontem tornam-se tudo mais fácil e acessível.

Conclusão

O presente estudo nos levou a fazer reflexões sobre a EAD como estratégia para a Educação, apontou as possibilidades e os desafios

que enfrentamos, bem como a relevância clareza deste tema no momento. Este tipo de educação é conceituado por diversos autores e cada um deles salienta alguma característica especial em seu

conceito. A ênfase de cada autor, os vários eventos históricos e as várias dissertações mencionadas neste trabalho mostram a amplitude deste modelo não só no em nosso país, mas em todo o mundo.

Assim, mesmo com os desafios, acreditamos na EAD como modalidade de ensino e aprendizagem, surge uma nova perspectiva, de

modo essencial, uma proposta para substituir o ensino tradicional com uma nova proposta na qual os professores ensinam e os alunos aprendem através de situações não convencionais, ou seja, no espaço e no tempo que não compartilham, e estes recursos de ensino facilitam a construção de conhecimento.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianchini. Transformações no trabalho e na formação docente na educação a distância on-line. São Paulo. Vol. 23 N.84 PP - 67-77.2010. Acesso em: 12 de setembro de 2015.
 - Brasil. Ministério da Educação. Decreto 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Brasília: Ministério da Educação; 2005. Disponível em URL: http://portal.mec.gov.br/se_ed/arquivos/pdf/dec_5622.pdf. Acesso em: 12 de setembro de 2015.
 - Brasil. Ministério da Educação. Decreto n.º 2.494, de 10 de fevereiro de 1998. Disponível em URL: http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/D2_494.pdf. Acesso em: 12 de setembro de 2015.
 - Brasil. Ministério da Educação. Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Brasília: Ministério da Educação; 1996. Disponível em URL: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 12 de setembro de 2015.
 - CAMACHO, Alessandra Conceição Leite Funchal. Análise das publicações nacionais sobre educação à distância na enfermagem. Revista Brasileira de Enfermagem. São Paulo. Vol. 62, N. 4. PP. 588-93. 2009. Acesso em: 12 de setembro de 2015.
 - CERVERA, Maria Christina da Silva Firmino. O ensino-aprendizagem do gênero resenha crítica na universidade. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Estudos Pós-graduados em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008.
 - DIAS, Denise Costa, CASSIANI, Silvia Helena de Bortolin. Educação sem distâncias: utilização do WebCT como ferramenta de apoio para o ensino da Terapia Intravenosa na Graduação em Enfermagem. Revista Brasileira de Enfermagem. Vol. 56, N. 4, PP 443-446. 2009. Acesso em: 12 de setembro de 2015.
 - GARCIA, Lorenzo Arethio. Concepción y Tendencias de la Educación a Distancia. América Latina. Madrid. Vol. 3, N.3, PP 258-269. 2010. Acesso em: 12 de setembro de 2015.
 - GILENO, Paulo. Novas tecnologias na sala de aula. ECCOM. Vol. 1, N. 1, PP: 83-90. 2013. Acesso em: 10 de outubro de 2015.
 - GIOLO, Jaime. Educação a distância: tensões entre o público e o privado. Educação Sociedade. Campinas. Vol. 31, N. 113, PP - 1271-1298. 2010. Acesso em: 12 de setembro de 2015.
 - KENSKI, Vane Moreira Experiências em educação a distância no Brasil. Revista de Enfermagem. Vol. 3, N. 4, PP 247-260. 2010. Disponível em URL: <http://www.nead.ufpr.br>. Acesso em: 12 de setembro de 2015.
 - Ministério da Educação (BR). Portaria 4.059, de 10 de dezembro de 2004. Brasília: Ministério da Educação; 2004. Disponível em URL: http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/nova/acs_portaria4059.pdf. Acesso em: 12 de setembro de 2015.
 - OLIVEIRA, Marluce Alves Nunes. Educação à Distância como estratégia para a educação permanente em saúde: possibilidades e desafios. Revista Brasileira de Enfermagem. Vol. 60 N. 5, PP 585-589. 2008. Acesso em: 10 de outubro de 2015.
 - RIBEIRO, Maria Andreia Silva, LOPES, Maria Helena Baena de Moraes. Desenvolvimento, aplicação e avaliação de um curso à distância sobre tratamento de feridas. Rev Latino Americano Enfermagem. Vol. 14, N. 1, PP 77-84. 2008. Acesso em: 10 de outubro de 2015.
 - SANTOS Epifânio. Diferença entre EAD e Educação Online: depoimento de uma pesquisadora. Rio de Janeiro: UERJ. Vol. 1, N. 6, PP 678-770, 2008. Acesso em: 10 de outubro de 2015.
-

JOGOS DIGITAIS E O ENSINO APRENDIZAGEM: GAMIFICAÇÃO

Victor Tchiya Soares

*Graduado em Teatro, Especialista em Dança e consciência Corporal e Corpo e movimento. Docente efetivo em Arte pela Prefeitura Municipal de Osasco.
victor.tchiya@yahoo.com.br*

RESUMO

Este estudo irá abordar as Metodologias Ativas no Ensino e Aprendizagem, conceituando-a, além de relatar a importância da aprendizagem baseada em jogos – Gamificação como uma Metodologia Ativa no ensino e Aprendizagem e discutirá sobre as contribuições aplicadas a educação.

Palavras - chave: *Metodologias Ativas; Games; Jogos; Gamificação .*

ABSTRACT

This study will address how Active Teaching-Learning Methodologies , conceptualizing it, in addition to reporting the importance of game-based learning - Gamification as Active Teaching-Learning Methodologies and will discuss the contributions applied to education.

Keywords: *Active Teaching-Learning Methodologies; Games; Gamification .*

INTRODUÇÃO

Meu interesse neste trabalho surgiu a partir do momento que realizei um curso denominado “Metologias Ativas em Dança” no qual foi coordenado pela Dr^a Katya Godoy em colaboração com as Professoras Petreca, Carol Romano e Renata Fernandes. Além disto, como Professor efetivo do município de Osasco/SP, tenho acesso a uma plataforma de cursos chamada Experiências de Aprendizagem Ativa (EAI) no qual tive a oportunidade de realizar um curso de “Cultura digital e jogos na educação”.

Estes cursos abriram um leque de possibilidades, e este último, para o uso da Gamificação em sala de aula, mesmo sendo um momento de pandemia que estamos vivendo por conta do **SARS-CoV-2** (Covid 19), percebi o quanto é necessário desenvolver este tipo de abordagem em sala, em aulas remotas como também em aulas presenciais, que podem tornar o ensino mais atraente aos alunos.

Para compreendermos, será realizada uma análise do significado de método e

metodologia, posteriormente entender o que seriam as Metodologias Ativas, além de abordar alguns modelos de Metodologias Ativas e por fim focar na Gamificação.

O QUE SÃO METODOLOGIAS ATIVAS

Primeiramente se faz necessário conceituar o termo “método”, e de acordo com o dicionário Michaelis online¹, a palavra método é o “1-Emprego de procedimentos ou meios para a realização de algo, seguindo um planejamento; rumo. 2- Processo lógico e ordenado de pesquisa ou de aquisição de conhecimento. 3- Qualquer procedimento técnico ou científico. 4- Conjunto de princípios ou técnicas de ensino.” Bem como, o conceito de “metodologia”² que trata-se da: “1- Parte da lógica que trata dos métodos aplicados nas diferentes ciências. 2- Estudo dos métodos, especialmente dos métodos científicos. 3- Conjunto de regras e procedimentos para a realização de uma pesquisa.”

¹ <http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=método>

² <http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=metodologia>

Inter-relacionando os dois conceitos, se pensarmos nos métodos sob a concepção da educação, estamos relacionando com a “forma de ensinar” ou mesmo como os conteúdos ministrados perpassam pelo aluno. Conforme Berbel (2011, pág. 29), Metodologias Ativas, tratam-se das “formas de desenvolver o processo de aprender, utilizando experiências reais ou simuladas, visando às condições de solucionar, com sucesso, desafios advindos das atividades essenciais da prática social, em diferentes contextos.”

As Metodologias Ativas colocam o aluno como o centro do aprendizado, e o professor como o mediador/facilitador durante as aulas construindo conhecimento, não havendo mais

aquela posição de professor “detentor do saber”, como é mencionado por Garcia, Garcia e Rêgo (2020, p.09),

“A aprendizagem ativa acontece quando o educando interage com o tema estudado, debatendo, questionando, ouvindo e ensinando, sendo estimulado a construir o conhecimento, ao contrário de apenas recebê-lo passivamente do professor. Em um ambiente onde se trabalha com metodologias ativas, o professor passa a ser um facilitador e orientador do processo de aprendizagem”

Entendemos neste contexto que o aluno possui um papel ativo em seu aprendizado, colocando-o no centro da construção do seu conhecimento, trazendo para a sala de aula experiência prévia do que é proposto.

Figura 1 – Princípios das Metodologias Ativas



Fonte: Diesel, Baldez e Martins (2017. Pág 273)

Existem modelos de Metodologias Ativas que se adequam a cada planejamento, sendo utilizado de acordo com o objetivo de aula.

- Sala de aula Invertida (*flipped classroom*) – esta metodologia se baseia na inversão do método “tradicional” de ensino, no qual o aluno estuda em casa e na escola é o momento de refletir e discutir o que foi estudado, conforme foi mencionado pelo estudo da FGV/EASP e FGV/Direito (2015, págs. 14/15) em:

“...o aluno tenha prévio acesso ao material do curso – impresso ou on-line – e possa discutir o conteúdo com o professor e os demais colegas. Nessa perspectiva, a sala de aula se transforma em um espaço dinâmico e interativo, permitindo a realização de atividades em grupo, estimulando debates e discussões, e enriquecendo o aprendizado do estudante a partir de diversos pontos de vista.”

- *Design Thinking* – é uma metodologia utilizada para a resolução de problemas, de forma a trabalhar com sinergia, desse modo o aluno participa ativamente na construção do seu conhecimento, no qual afirma Hohemberger

(2020, pág. 4),

“consiste numa abordagem ou metodologia que estimula a resolução de problemas complexos de forma ativa, criativa e colaborativa. No contexto escolar, pode ser usada para incentivar o desenvolvimento de uma cultura do pensamento, que estimule o aluno na criação de novos conhecimentos e soluções inovadoras com potencial empreendedor.”

- *Storytelling* – esta metodologia está relacionada com o contar e/ou narrar uma história de forma que o aluno seja protagonista em sua formação, no qual podemos entender pela afirmação de Valença e Tostes (2019, págs. 222 e 223):

“no uso de narrativas com significado social ou cultural para promover a reflexão acerca de conceitos e valores, de forma a consolidar essas ideias abstratas por meio da percepção da relevância e significância de tais conceitos e valores a um grupo de indivíduos... A lógica subjacente à utilização dos recursos de aprendizado ativo é que o estudante se torna parte ativa na construção do conhecimento.”

Foram apresentadas três metodologias ativas de ensino, no qual podemos perceber que o aluno está no centro da construção do seu conhecimento, trabalhando ativamente, deixando de ser passivo no “recebimento de informações”, entretanto existem outras Metodologias, como a Aprendizagem baseada em projetos (ABP), Aprendizagem entre pares, Ensino Híbrido, entre outras, mas para este estudo será aprofundado o aprendizado baseado em Jogos – Gamificação.

GAMIFICAÇÃO E O APRENDIZADO

Os alunos que nasceram na chamada geração Z (nascida no final dos anos 90 e início dos anos 2000) e *Alpha* (nascidos a partir de 2010), são os chamados “nativos digitais”, no qual a tecnologia está sempre presente e o processamento mais ágil, insere a Gamificação como forma de ensino aprendizado adequado para estas novas gerações, pois além de ser uma fonte de diversão e socialização é uma fonte de aprendizado e protagonismo do aluno, no qual o modelo antigo com carteiras

METODOLOGIA ATIVA: GAMIFICAÇÃO

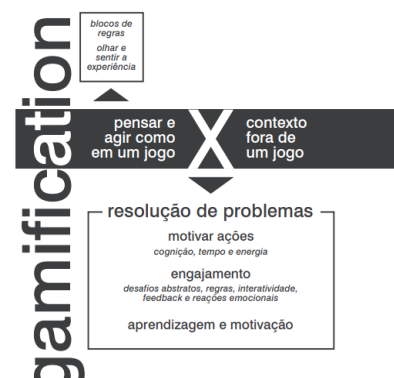
A metodologia ativa baseada em jogos, a Gamificação ou *Gamification*, o termo em si é recente, datado de 2002, mas veio a público em 2003 proposto por Nick Pelling, mas só foi propagado a partir de 2010 (Kodaira e Tanaka, 2017).

Pelo próprio nome desta metodologia lembramos da palavra *Games*, que nos leva ao Jogo, e a subentender que a Gamificação é baseada em jogos, mas vai além disto, pois utiliza-se dos componentes dos jogos para cativar os alunos, em situações não necessariamente vinculados ao ambiente do jogo, conforme Menezes e Bortoli (2018, pág. 269) a gamificação “corresponde ao uso de mecanismos de jogos orientados para o objetivo de resolver problemas práticos ou para despertar engajamento em um público específico.”

Em suma, para que haja o desenvolvimento da gamificação, se faz necessário o uso de quatro elementos, que são as metas, as regras, o sistema de *feedback* e a participação voluntária, e conforme é dito por Busarello (2016, pág. 78), “Elementos como: narrativa, interatividade, suporte gráfico, recompensas, competitividade, ambiente virtual, entre outros, são construídos para criar a relação de proximidade com as quatro características apresentadas”. Considerando os componentes apontados, o conjunto deles, buscam cativar a participação do aluno no jogo, tendo o professor/mediador definido metas a serem alcançadas com o jogo e o sistema de recompensas de forma a estimular a sua participação, tendo como resultado a aprendizagem evidenciada.

Figura 2 – Visão do conceito de Gamificação

Fonte – Busarello, 2016 pág. 16



enfileiradas uma atrás da outra, o uso de avaliações por “decoreba” torna-se um processo obsoleto.

A própria Base Nacional Comum Curricular (BNCC)¹, que trata-se de um documento de normas que estabelece as aprendizagens essenciais no qual os alunos precisam desenvolver nas etapas e modalidades da Educação Básica, em uma de suas competências gerais, evidencia o uso da tecnologia da informação e comunicação (TIC):

5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.

Existe a necessidade da adequação dos sistemas de ensino (público/privado) a esta nova realidade, para que haja o estímulo e o interesse no aluno, e isto trata-se de investimento tanto na formação dos professores como também em ferramentas para que possam utilizar em sala, como o uso de computadores e implantação de internet, por exemplo.

Existem diversas ferramentas gratuitas no qual o professor pode fazer uso, bem como criar em conjunto com os alunos, trabalhando a sinergia, o protagonismo e também a construção do conhecimento, mas sem as devidas ferramentas no ambiente escolar não há como o docente colocar em prática. A ideia no papel é muito boa, mas faz-se necessário que as instituições e seus representantes também vejam o quão é essencial essa atualização na forma de ensino aprendido.

FERRAMENTAS PARA CRIAÇÃO DE JOGOS DIGITAIS

Conforme mencionado acima, existem diversas ferramentas gratuitas para o desenvolvimento de jogos e consequentemente o ensino aprendizagem dos alunos, e alguns deles serão abordados abaixo.

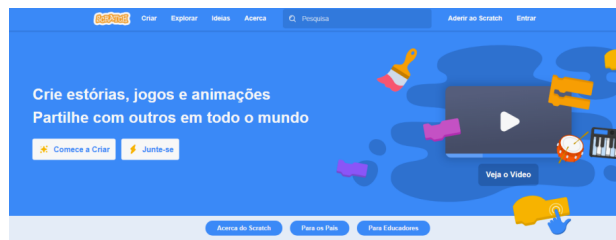
- *Scratch* – esta plataforma foi desenvolvida pela *Lifelong Kindergarten*

¹ Base Nacional Comum Curricular (BNCC) - <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/#introducao#competencias-gerais-da-base-nacional-comum-curricular>. Acesso em 16/10/2020 às 16:17.

Group do Instituto de Tecnologia de Massachussets (MIT) *Media Lab*. Foi criado para uso dos 08 aos 16 anos, mas é utilizado por pessoas de todas as idades, sendo empregado em mais de 150 países e disponível em mais de 40 idiomas.

Link de acesso: <https://scratch.mit.edu>

Figura 3 – Print de tela da página Scratch



Fonte: <https://scratch.mit.edu>

- *FazGame* – esta plataforma foi criada pela empresa brasileira TecZelt, no qual o usuário desenvolve jogos no sistema *point and click*, construindo personagens, cenários e objetos, além de criar sua própria história. Esta plataforma tem acesso gratuito, mas para liberar certas funções existe a necessidade de assinar um plano de pagamento.

Link de acesso: <https://www.fazgame.com.br>

Figura 4 – Print de tela da página azGame



Fonte: <https://www.fazgame.com.br>

- *Efuturo* – esta plataforma permite criar jogos educativos de forma simples e rápida, desenvolvido por professores e alunos. Podem ser criados *quizz*, jogo da memória, dentre outros.

Link de acesso: <https://www.efuturo.com.br>

Figura 5 – Print de tela da página Efuturo



Fonte: <https://www.efuturo.com.br>

- Educaplay – plataforma criada pela AD Formación no ano de 2010. Podem ser criados jogos no estilo do Efuturo, como palavras cruzadas, jogos da memória e adivinhas.

Link de acesso: <https://es.educaplay.com/?lang=es>

Figura 6 - Print de tela da página Educaplay



Fonte: <https://es.educaplay.com/?lang=es>

Notamos que existem variadas ferramentas para a construção de jogos digitais na utilização da Gamificação, tanto para a construção de jogos mais complexos, como também jogos mais simples e de fácil manipulação.

Nas buscas realizadas pela rede notei o quanto é escasso os projetos e/ou relatos do uso da Gamificação em sala de aula, que podemos entender por questões de investimento ou mesmo por desconhecer/dominar o uso desta ferramenta, com isto, trarei alguns projetos que foram desenvolvidos e deram certo.

CASES DE SUCESSO NO USO DA GAMIFICAÇÃO EM ESCOLAS

Neste tópico apresentarei algumas situações no qual a Gamificação foi de grande importância no processo de ensino aprendizagem.

1. EMEF Castro Alves

No ano de 2017, a Escola Municipal Castro Alves, localizada no município de Santa Maria/RS, desenvolveu uma oficina de desenvolvimento de jogos, conforme relatado pelo coordenador da oficina, professor Carlos da Silva, os alunos, do 7º ao 9º ano do ensino fundamental, desenvolveram integralmente o *game* denominado “Edu Fiscal”. Este *game*, tem como objetivo¹ “ensinar a importância dos tributos e impostos para a sociedade”. Segundo o relato de um dos alunos que participou da construção do *game*², “A partir do *game* eu tive a consciência de quanto é importante pagar os impostos e que esse imposto vai beneficiar a todos nós, estando diretamente ligado a emissão das notas fiscais, que recolhem tributos e inibe a sonegação fiscal”.

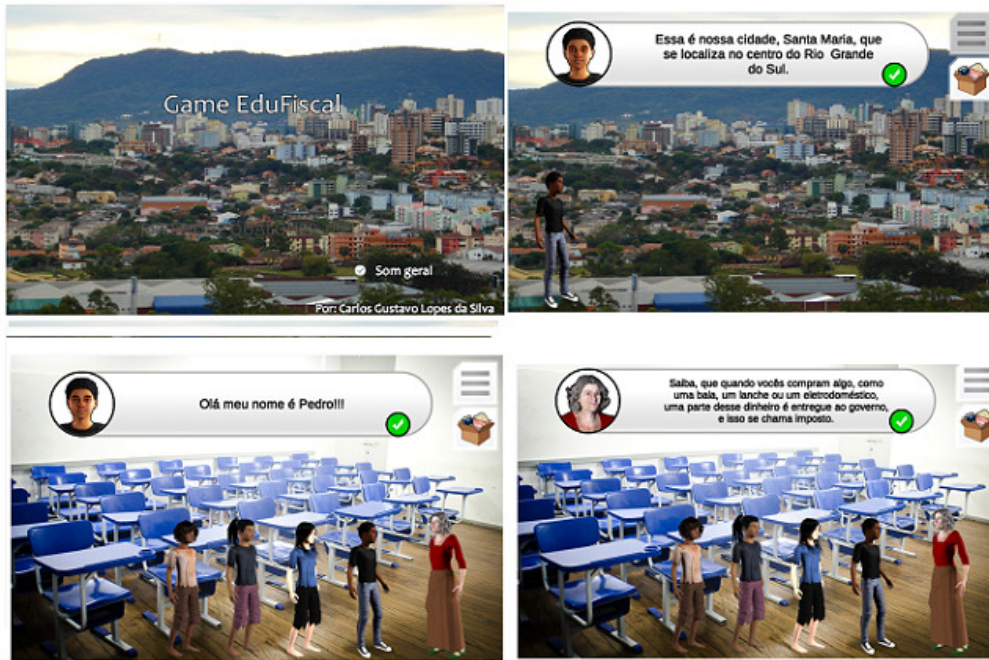
Nesse relato podemos perceber que, para que houvesse a criação deste jogo, os alunos tiveram que entender o funcionamento dos impostos, e não somente cuidaram da parte gráfica, percebemos a importância da Gamificação que foi uma metodologia de ensino usada pelo professor para o desenvolvimento deste trabalho e também o engajamento dos alunos.

Link de acesso ao jogo pelos alunos da EMEF Castro Alves: https://www.fazgame.com.br/published_games/1272

¹ Prefeitura de Santa Maria. <<http://www.santamaria.rs.gov.br/noticias/15474-estudantes-da-eme-f-castro-alves-lancam-o-ldquoedu-fiscalrdquo-o-jogo-da-educacao-fiscal>> Acesso realizada em 16/10/2020 às 18:14.

² Prefeitura de Santa Maria. <https://www.santamaria.rs.gov.br/docs/educacaofiscal/info_2017_51.pdf. Acesso realizado em 17/10/2020 às 22:56.

Figura 7 – Print de tela do Jogo “Edu Fiscal”



Fonte: https://www.fazgame.com.br/published_games/1272

2 – Logus – A Saga do Conhecimento

Este *game* foi desenvolvido no ano de 2015. O mesmo foi criado com o objetivo de “levar a cultura digital e incentivar novas formas de Educação para as escolas públicas do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.”, conforme informado site da Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho¹, a criadora do jogo em conjunto com o Grupo RBS.

No ano de 2016 ocorreu uma competição no qual envolveu 217 equipes de 118 municípios gaúchos, e conforme relato disponibilizado no site do Grupo RBS²⁷: “O conhecimento que a gente adquiriu durante este jogo foi grande. Os alunos aprenderam muito sobre sustentabilidade, como transformar as coisas, a importância da união do grupo também. Isso tudo faz toda diferença na vida deles”.

Este foi um projeto que envolveu muitas escolas e muitos alunos e o quanto foram envolvidos na prática e o quão puderam aprender com os *games*.

3 - Colégio Dom Pedro II

A professora do Colégio Dom Pedro II, relatou³⁸ que a metodologia de ensino baseada em *Games*, atende cerca de 200 alunos do 1º ao 5º ano,

Os jogos são, ao mesmo tempo, entretenimento e estratégia de ensino. Essa implementação modificou muito os processos educativos, pois o aluno ao ver a plataforma de jogos, ou mesmo ao buscar criá-los, sente-se desafiado a propor soluções de forma autônoma ou em equipe, promovendo o engajamento que acreditamos ser essencial para o desenvolvimento cognitivo e emocional. A gamificação se torna uma metodologia ativa quando introduz a tecnologia em forma de lazer e, ao mesmo tempo, promove uma nova visão do aprendizado [...] Tanto na gamificação quanto nos projetos makers desenvolvidos, nossa intenção foi incorporar novas práticas de aprendizado, expandindo os saberes e convidando os alunos ao protagonismo. A gamificação também foi utilizada para atender os alunos do Núcleo de Atenção a Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) que apresentam dificuldades de adaptação às atividades de sala de aula. O nosso trabalho em parceria com as Artes Visuais fez com que um dos alunos com déficit de atenção conseguisse se expressar mais e de forma autônoma, demonstrando talentos artísticos impressionantes. (Revista Educação, 2019)

¹ Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho (FMSS). < <http://www.projetosfmss.org.br/acao/projeto-logus/>> . Acesso realizada em 17/10/2020 às 23:34

² Grupo RBS. < <http://www.gruporbs.com.br/noticias/2016/12/12/escola-de-caxias-do-sul-vence-o-desafio-logus-a-saga-do-conhecimento/>> Acesso realizado em 17/10/2020 às 23:39.

³ Revista Educação.<

<https://revistaeducacao.com.br/2019/07/13/gamificacao-escola-publica/>> Acesso realizado em 18/10/2020 às 00:14.

Este projeto mostra o quanto é importante inserir este tipo de metodologia de trabalho em sala de aula, engajando os alunos e construindo conhecimento, de forma que ele seja o protagonista do saber, desconstruindo a sala de aula “tradicional”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Metodologias Ativas no ensino aprendizado, colocam o aluno como o protagonista na construção do conhecimento e desconstrói a metodologia “tradicional” de ensino, no qual o professor, que antes era o “detentor da informação” passa a ser o mediador/facilitador nesta construção de conhecimento.

Tendo em vista os aspectos observados, compreendemos que a Gamificação,

considerando a vertente em jogos digitais, conforme abordado neste trabalho, é uma metodologia recente, e para que haja a sua implementação se faz necessário o investimento em tecnologias e formação de professores para o domínio desta ferramenta.

Além disso, foram apresentadas alguns instrumentos e também projetos que deram certo na área educacional, o que conseguimos perceber a efetividade da Gamificação nos processos educativos, ampliando o engajamento e a motivação dos alunos

Portanto, pensar na Gamificação e na desconstrução do ensinar em sala de aula pode despertar o interesse dos alunos tornando-os mais ativos e participativos, colaborando no processo de ensino aprendizagem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BERBEL, N.A.V. As metodologias ativas e a promoção da autonomia de estudantes. *Semina: Ciências Sociais e Humanas*, Londrina, v. 32, n. 1, p. 25-40, jan./jun. 2011. Disponível em < <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/seminasoc/article/view/10326>>. DOI: <http://dx.doi.org/10.5433/1679-0383.2011v32n1p25>. Acesso em 10 de outubro de 2020.
- BUSARELLO, I.R. Gamification: Princípio e Estratégias. São Paulo. Pimenta Cultural, 2016. 128p.
- DIESEL, A. ; BALDEZ, A.L.S; MARTINS, S.N. Os princípios das metodologias ativas de ensino: uma abordagem teórica. *Revista Thema*, Lajeado, v.14, n. 1, p. 268 a 288. 2017. Disponível em < <http://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/thema/article/view/404>> . DOI: <https://doi.org/10.15536/thema.14.2017.268-288.404>. Acesso realizado em 10 de outubro de 2020.
- FGV/EASP e FGV/Direito. Sala de Aula Invertida. *Ei! Ensino Inovativo*, v. 1, n. 1 , p. 14-17. Especial (2015). Disponível em < <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/ei/article/view/57632/56174>>. Acesso realizado em 13 de outubro de 2020.
- GARCIA,T.C.M; GARCIA, T.F; RÊGO, M.C.F.D. Ensino Remoto Emergencial: estratégias de aprendizagem com Metodologias Ativas. Rio Grande do Norte. Sedis UFRN (Secretaria de Educação a Distância), 2020. 24 p. Disponível em < https://portal.nead.uem.br/site/web/img/_9NU_files/docs/20200724164138-ensinoremotoemergencial_6.pdf>. Acesso em 10 de outubro de 2020.
- HOEMBERGER, D.A. Guia Didático do Design Thinking: uma metodologia ativa para estimular a criatividade, a inovação e o empreendedorismo em sala de aula.2020. 36f. Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica. Instituto Federal de Farroupilha (IFFAR). Jaguaribe.2020. Disponível em <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/572344>. Acesso realizado em 13 de outubro de 2020.
- KODAIRA, C.N; TANAKA, F.H. Gamificação. Seminário de Computação Móvel 2017. Disponível em < https://www.ime.usp.br/~diogojp/computacao-movel-2017/seminar/fabio_tanaka_gamificacao.pdf> . Acesso realizado em 14 de outubro de 2020.
- MENEZES, C.C.N; BORTOLI, R. Gamificação: surgimento e consolidação. *Comunicação e Sociedade*, v. 40, n. 1, p. 267-297. Jan-abri 2018. Disponível em < <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/CSO/article/view/6700>> . DOI: <https://doi.org/10.15603/2175-7755/cs.v40n1p267-297>. Acesso realizado em 14 de outubro de 2020.
- TOSTES, A.P.B; VALENÇA, M.M. O Storytelling como ferramenta de aprendizado ativo. *Carta Internacional*, v. 14, n. 2, p. 221-243. 2019. Disponível em < <https://cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/917>>. DOI: <https://doi.org/10.21530/ci.v14n2.2019.917>. Acesso realizado em 13 de outubro de 2020.
-

ENVELHECIMENTO E QUALIDADE DE VIDA: REVISÃO DE LITERATURA

Rodrigo Santos Buoro

Graduado em Enfermagem pela Universidade Nove de Julho, Mestre em Ciências da Saúde com MBA Serviços de Saúde e especialização em Auditoria em Serviços de Saúde, Docência para o Ensino Superior, Docência para o Ensino Superior e Técnico em Enfermagem, Enfermagem em Psiquiatria e Saúde Mental, Psicanálise, Qualidade de Vida e Dependência Química e Terapia Familiar

rodrigo.buoro@santaritaedu.onmicrosoft.com

RESUMO

O presente estudo objetivou identificar na literatura nacional ou internacional a importância do envelhecimento com qualidade de vida, visando compreender a prevenção, promoção e recuperação a saúde idosa. Foi realizado através da pesquisa bibliográfica de caráter exploratório, foram utilizados artigos publicados em periódicos nacionais, em língua portuguesa, indexados em bases de dados, na íntegra e ter sido publicado no período de 2007 a 2017. Este trabalho visou demonstrar que o envelhecimento saudável é o resultado da interação multidimensional entre saúde física, psíquica, independência no cotidiano, integração social, apoio familiar e independência econômica. Atualmente, a busca da melhor maneira de tratar os idosos encontra, cada vez mais, a opção de insistir, insistentemente, no aumento de sua atividade física. Após análise dos artigos selecionados pode enfatizar a importância da diversidade das estratégias de ações para a qualidade de vida dos idosos, por conseguinte as possibilidades de riscos inerentes à prática da atividade física por pessoas idosas com doenças também são destacadas, culminando com um resumo objetivo das condições em que a prática dos exercícios deve ser evitada.

Palavra-chave: *Idoso, enfermagem, assistência, qualidade de vida.*

ABSTRACT

The present study aimed to identify in the national or international literature the importance of aging with quality of life, aiming at understanding the prevention, promotion and recovery of elderly health. This was done through exploratory bibliographic research, articles published in national journals, in Portuguese language, indexed in databases, in full and published in the period 2007 to 2017 were used. This study aimed to demonstrate that healthy aging is the result of the multidimensional interaction between physical and psychic health, independence in daily life, social integration, family support and economic independence. Nowadays, the search for the best way to treat the elderly finds, more and more, the option to insist, insistently, on the increase of their physical activity. After analyzing the selected articles, it is possible to emphasize the importance of the diversity of the strategies of actions for the quality of life of the elderly, therefore the possibilities of risks inherent to the practice of physical activity by elderly people with diseases are also highlighted, culminating with an objective summary of the conditions in which exercise should be avoided.

Keywords: *Elderly, nursing, care, quality of life.*

INTRODUÇÃO

O envelhecimento populacional mostra uma evolução de âmbito mundial, a OMS (Organização Mundial da Saúde) prevê que até 2025 haverá 1,2 bilhão de pessoas com mais de 60 anos no mundo. O Brasil vem passando por várias modificações, entre elas a estrutura etária da população, que mostra um aumento no número de idosos versus a redução das taxas de fecundidade e natalidade. (IBGE, 2010)

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2001 a população idosa representava 9% dos brasileiros, em 2010 (última pesquisa de censo divulgada pelo IBGE), a população acima de 60 anos somava o número de 21 milhões dos brasileiros. O IBGE mantém uma contagem dinâmica da projeção da população brasileira em seu site, até o momento, aponta uma estimativa do total de 205.494.851 cidadãos brasileiros, vale uma reflexão sobre todas as necessidades desta população tais como: necessidades sociais, culturais, promoção de saúde, prevenção de doenças, tratamentos e orientações sobre patologias crônicas e outras. (IBGE, 2010)

O conceito relacionado à Qualidade de Vida (QV) na área da saúde é relativamente recente e crescente, decorrente dos novos paradigmas que influenciaram as políticas nas últimas décadas. Estando estes relacionados aos aspectos econômicos, socioculturais, à experiência pessoal e estilos de vida. E neste contexto a mudança de paradigma, com foco na melhoria da QV passou a ser um dos resultados esperados, tanto das práticas assistenciais quanto das políticas públicas para o setor nos campos da promoção da saúde e da prevenção de doenças. (Xavier, et al, 2015)

Para a medicina, o uso do termo “qualidade de vida relacionada à saúde” (QVRS) se refere ao bem-estar e satisfação do indivíduo no âmbito do psicológico, biológico, social, econômico e espiritual em relação ao seu estado de saúde e abrange questões relacionadas ao adoecimento, limitações impostas pela doença permitindo ainda a avaliação das intervenções de saúde. (Vagetti et al, 2013)

A OMS define qualidade de vida (QV) como a percepção do indivíduo em relação à sua vida diária e para avaliarmos devemos estudar as áreas da saúde física, psicológica, nível de

autonomia, relações sociais, meio ambiente e espiritualidade. A qualidade de vida (QV) é a preocupação do ser humano desde o início de sua existência, pois existe um compromisso pessoal de buscar uma vida saudável, associada a condições de vida como: saúde, moradia, autoestima, entre outros. Também pode estar relacionada a capacidade física, emocional, relação social, perfil sócio econômico, o conceito qualidade de vida varia de acordo a visão de cada indivíduo. (TAVARES, 2012)

Ao avaliarmos a qualidade de vida devemos adotar múltiplos critérios de natureza biológica, psicológica e sócio estrutural, dentre eles temos os vários elementos indicadores de bem estar da velhice: longevidade, saúde biológica, saúde mental, controle cognitivo, status social, renda. (Alves, et al, 2013)

Ao associar QV e o envelhecimento verificamos que são fases de um processo natural que vem agregado a uma série de modificações no organismo, mudanças estas fisiológicas e esperadas em seu processo de senescência, que não se tratam de doenças, porém requerem cuidados. (FALLER et al, 2010)

Alterações físicas normais do envelhecimento devem ser reconhecidas e cuidadas, as alterações patológicas para manutenção da saúde e da qualidade de vida do paciente, bem como da prevenção e detecção precoce de sinais e sintomas que sugiram processos patológicos. (Cordeiro, et al, 2015)

Assim sendo o objetivo deste estudo foi identificar a importância do envelhecer com qualidade de vida.

OBJETIVO

Identificar na literatura nacional ou internacional a importância do envelhecimento com qualidade de vida, visando compreender a prevenção, promoção e recuperação a saúde idosa.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo realizado através da pesquisa bibliográfica de caráter exploratório e descritivo, foi efetuado um levantamento de publicações científicas relacionadas com a temática da pesquisa e que atendam os critérios

estipulados, para realizar as revisões bibliográfica é necessário a coleta e análise dos artigos científicos.

Os critérios de inclusão dos artigos foram estabelecidos da seguinte maneira: ser artigo de pesquisa publicado em periódicos nacionais, em língua portuguesa, indexados em bases de dados, na íntegra e ter sido publicado no período de 2007 a 2017.

Os descritores como indexadores da busca registrados na Bireme foram: idoso, enfermagem, assistência, qualidade de vida.

Foram consultadas as bases de dados informatizadas: Literatura Latino Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), o Portal Scientific Electronic Library Online (SCIELO).

Para síntese e análise do material foram realizados a leitura exploratória, que constitui na leitura do material para saber do que se tratavam os artigos; leitura seletiva, que se preocupou com a descrição e seleção do material quanto a sua relevância para o estudo; leitura crítica e reflexiva que buscou por meio dos dados a construção dos resultados encontrados.

DESENVOLVIMENTO

Embora a grande maioria dos idosos tenha pelo menos uma doença crônica, nem todas são limitadas por essas doenças, e muitos conduzem uma vida perfeitamente normal, com suas doenças controladas e expressaram satisfação na vida. Uma pessoa idosa com uma ou mais doenças crônicas pode ser considerada uma pessoa idosa saudável, em comparação com uma pessoa idosa com as mesmas doenças, mas sem controle dessas doenças, com consequentes sequelas e deficiências associadas (BARRETO, 2017)

O envelhecimento saudável é o resultado da interação multidisciplinar entre a saúde física, psíquica, independência nas atividades da vida diária, apoio familiar e independência econômica. A perda de um familiar, as dificuldades financeiras, as doenças relacionadas a senilidade, são eventos que podem, juntos ou isoladamente, comprometer a capacidade funcional de um indivíduo. O bem-estar na velhice, ou a saúde em um sentido amplo, seria o resultado de equilibrar a capacidade funcional dos idosos, não sendo necessariamente significar ausência de problemas

ou doenças em todas as dimensões. (FALLER et al, 2010)

Segundo Matsudo et al (2009), a velhice é o período da vida com alta prevalência das limitações físicas ou psicológicas tais como: perdas cognitivas, depressão ou reclusão social, declínio sensorial. No entanto, existe um crescente interesse em estabelecer quais são estes fatores, justificando os riscos de uma pessoa idosa morrer a curto prazo.

Alguns autores discorrem em seus artigos alguns fatores de risco para a mortalidade em idosos, entre eles o principal fator de risco para a mortalidade continua sendo a própria idade. Quanto mais você vive, maior é a chance de morrer. A maioria dos estudos longitudinais com residentes idosos na comunidade parecem concordar que, além da idade, o sexo do indivíduo pode ser determinante do risco de morte, homens possuem maior risco de morrer que as mulheres. (MARTINS et al, 2009)

Todas as outras variáveis dependem de uma interação complexa entre o indivíduo e o meio ambiente, que por sua vez varia de cultura para cultura e de tempos em tempos. Os efeitos do sedentarismo são reconhecidos em quase todos os fenômenos biológicos, fisiológicos ou fisiopatológicos, entre os quais podemos destacar: aterogênese, capacidade ventilatória, captação de oxigênio tecidual, coagulação sanguínea, composição do lisado plasmático, equilíbrio emocional, estabilidade da junção hemodinâmica, humoral e celular imunidade, massa muscular e qualidade, metabolismo de carboidratos, motilidade intestinal, neoformação vascular, obesidade. (MAZZEO et al, 2010)

Não é incomum para nós encontrar um paciente acamado, cuja história clínica demonstra que o início de sua limitação foi devido a um episódio, geralmente situacional: queda, ausência do cuidador, más condições ambientais, entre outros e que, com o passar do tempo, seu movimento foi progressivamente comprometido. (VIANA et al, 2008)

A síndrome de imobilidade é um dos cinco principais problemas que podem comprometer a saúde dos idosos, quando devidamente diagnosticado e tratado, há recuperação das aptidões motora, consequentemente de autoestima, contribuindo

para independência e a longevidade. (TAVARES, 12).

A atividade física é o principal procedimento terapêutico para melhoria da imobilidade, portanto, é evidente que o estilo de vida sedentário pode ser isoladamente responsável por um estado de limitação da saúde dos idosos. (MARTINS et al, 2009)

O sedentarismo pode ser classificado como uma doença responsável por uma importante limitação funcional nos idosos mas com tratamento direcionados é possível melhorar, restaurar ou corrigir as disfunções da mobilidade. Podemos dizer que o sedentarismo é uma doença importante entre os idosos, pode ser prevenida ou tratada com atividade física, fisioterapia devidamente acompanhada por profissional habilitado. Com a evolução da gerontologia, tornou-se mais evidente que o principal determinante do estado de saúde não é um único órgão ou sistema, mas o estado funcional do conjunto, incluindo os aspectos emocional e ambiental. (PAUL, 2017)

Em seu estudo Paul (2017), destaca que as atividades físicas baseadas em exercícios aeróbicos, podem aumentar a reserva funcional do aparelho cardiocirculatório, otimizando seu desempenho mecânico paralelamente a uma melhora na distribuição e absorção de oxigênio periférico. (PAUL, 2017)

Embora esses efeitos sejam mais explícitos na segunda metade da vida, eles serão mais evidentes se o estilo de vida sedentário tiver sido combatido desde o início. Devido a esta grande diversidade de objetivos e possibilidades a atividade física, tornou-se necessária como formas de exercício para alcançar objetivos mais amplos, como o desenvolvimento da capacidade funcional do paciente. (SANUDO et al, 2013)

Em seu estudo Matsudo (2009), destacam a importância do desenvolvimento da capacidade motora do indivíduo no envelhecimento, reconhecendo seus principais determinantes. Sabe-se que a flexibilidade e a força diminuídas são as principais limitações para as atividades da vida diária. Quase todas as atividades diárias

dependem da associação dessas variáveis: caminhar com segurança, levantar-se de uma cadeira ou de um banheiro, subir ou descer uma escada, cuidar da casa ou fazer compras são exemplos evidente como a aptidão motora determina a condição funcional dos idosos.

Por outro lado, os riscos para quedas representam uma importante situação de risco entre os idosos, como consequência podem causar fraturas ou traumas emocionais, agora conhecidas como síndrome pós-queda. Agora é reconhecido que a redução da força muscular é o principal fator relacionado às quedas nos idosos. Entre esses estados progressivos, geralmente crônicos e assintomáticos, a osteoporose se destaca. Por conseguinte, é fundamental que as ações preventivas sejam orientadas não só para um fator isolado, mas também para todos os envolvidos no processo. (VITORINO et al, 2015)

CONCLUSÃO

Atualmente com a busca pela qualidade de vida do idoso vale destacar as diversidades de maneiras para contribuir para o bem estar do idoso, dentre eles a importância das atividades físicas, acompanhamento fisioterápico, terapia de grupo ou individual, contribuindo para o equilíbrio emocional e com a integração social.

Destacamos também aos riscos que podemos expor paciente com doenças patológicas ao uso inadequado das atividades físicas, por isso se faz necessário um olhar individual, culminando com um resumo objetivo das condições em que a prática dos exercícios deve ser evitada. Um olhar atento detectará facilmente que isso ocorre apenas em situações muito especiais, o que garante, na maioria dos casos, a atividade física deva ser estimulada em todas as diretrizes visando promover o envelhecimento saudável.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, S.S.L., et al. **Sentidos do cuidado: a perspectiva de cuidadores de homens com câncer.**" Psico-USF. v.18, n. 3, p. 469-477, 2013.
- ALVES, J.D., et al. **Idosos em instituições de longa permanência: desenvolvimento, condições de vida e saúde.**" Psicologia: Reflexão e Crítica. v. 26, n. 4, p. 820-830, 2013.
- BARRETO, J. ENVELHECIMENTO E QUALIDADE DE VIDA: O DESAFIO ATUAL. SOCIOLOGIA: REVISTA DA FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO, v. 15, N.5, p. 258-266, 2017
- BRASIL. IBGE/PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS - PNAD (1997-1999), CENSOS DEMOGRÁFICO (1991, 2000 E 2010), CONTAGEM POPULACIONAL (1996) E PROJEÇÕES E ESTIMATIVAS DEMOGRÁFICAS, 2010
- CORDEIRO, L. M., ET AL. "QUALIDADE DE VIDA DO IDOSO FRAGILIZADO E INSTITUCIONALIZADO." ACTA PAULISTA DE ENFERMAGEM. V 28, N.4, PP. 361-366, 2015.
- FALLER, J. W. ET AL. QUALIDADE DE VIDA DE IDOSOS CADASTRADOS NA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA DE FOZ DO IGUAÇU-PR. ESCOLA ANNA NERY REVISTA DE ENFERMAGEM, v. 14, n. 4, p. 803-810, 2010.
- MARTINS, J. J. ET AL. EDUCAÇÃO EM SAÚDE COMO SUPORTE PARA A QUALIDADE DE VIDA DE GRUPOS DA TERCEIRA IDADE. REVISTA ELETRÔNICA DE ENFERMAGEM, v. 9, N. 2, p. 123.134, 2009.
- MATSUDO, S.M.M. ENVELHECIMENTO, ATIVIDADE FÍSICA E SAÚDE. BIS. BOLETIM DO INSTITUTO DE SAÚDE (IMPRESSO), v.12, n. 47, p. 76-79, 2009.
- MAZZEO, R S. ET AL. EXERCÍCIO E ATIVIDADE FÍSICA PARA PESSOAS IDOSAS. REVISTA BRASILEIRA DE ATIVIDADE FÍSICA & SAÚDE, v. 3, n. 1, p. 48-78, 2012.
- MIRANZI S. S. C. ET AL. QUALIDADE DE VIDA DE INDIVÍDUOS COM DIABETES MELLITUS E HIPERTENSÃO ACOMPANHADOS POR UMA EQUIPE DE SAÚDE DA FAMÍLIA. TEXTO & CONTEXTO ENFERMAGEM, v. 17, n. 4, p. 36-41, 2008.
- PAUL, C. ENVELHECIMENTO ACTIVO E REDES DE SUPORTE SOCIAL. SOCIOLOGIA: REVISTA DA FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO, v. 15, N.1, p. 12.21, 2017.
- SANUDO, B., ET AL. "INFLUÊNCIA DO NÍVEL DE ATIVIDADE FÍSICA SOBRE A APTIDÃO FÍSICA E QUALIDADE DE VIDA RELACIONADA À SAÚDE EM IDOSOS PORTADORES OU NÃO DE DIABETES MELLITUS TIPO 2." REV. BRAS. MED. ESPORTE. V. 19, n. 6, p. 410-414, 2013.
- TAVARES, D. M. S. D. CAPACIDADE FUNCIONAL, MORBIDADES E QUALIDADE DE VIDA DE IDOSOS. TEXTO & CONTEXTO ENFERMAGEM, v. 21, n. 1, p. 25-31. 2012.
- VAGETTI C. G. ET AL. "CONDIÇÕES DE SAÚDE E VARIÁVEIS SOCIODEMOGRÁFICAS ASSOCIADAS À QUALIDADE DE VIDA EM IDOSAS DE UM PROGRAMA DE ATIVIDADE FÍSICA DE CURITIBA, PARANÁ, SUL DO BRASIL." CAD. SAÚDE PÚBLICA. VOL. 29, N. 5, PP: 955-69, 2013.
- VIANA, H. B. ET AL. SEXUALIDADE, QUALIDADE DE VIDA E ATIVIDADE FÍSICA NO ENVELHECIMENTO. CONEXÕES, v.1, n.1, p. 78-86, 2008.
- VITORINO, L. M, ET AL. "QUALIDADE DE VIDA DE IDOSOS DA COMUNIDADE E DE INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA: ESTUDO COMPARATIVO." REVISTA LATINO-AMERICANA DE ENFERMAGEM. V 21, N.02, P. 3-11, 2013.
- XAVIER, L.N, ET AL. "GRUPO DE CONVIVÊNCIA DE IDOSOS: APOIO PSICOSSOCIAL NA PROMOÇÃO DA SAÚDE." REVISTA DA REDE DE ENFERMAGEM DO NORDESTE. V. 16, N.4, PP. 557-566, 2015.

ALIENAÇÃO PARENTAL: PRINCIPAIS ASPECTOS, A GUARDA COMPARTILHADA E A MEDIAÇÃO COMO FORMAS DE EVITAR SUA OCORRÊNCIA

Danielle Milani Cunha

*Mestre em Direito pela Universidade Nove de Julho, na linha de pesquisa Acesso à justiça e o paradigma da eficiência, especialização em direito civil, advogada, conciliadora e mediadora, professora e coordenadora de Direito no Centro Universitário Santa Rita de Cassia.
prof.daniellemilanicunhaadv@gmail.com*

Lauriana Venancio Catarino de Souza

*Graduada em Direito pela UNISAN
lauriana.souza@hotmail.com*

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar os prejuízos que advêm da separação e divórcio litigioso, no qual o detentor da guarda dificulta a convivência com o outro genitor, ocasionando nos prejuízos decorrentes da alienação parental, acarretando ruptura no desenvolvimento sadio do infante alienado. Analise-se-a como os aspectos que a referida atitude afeta a vida social e emocional do infante, verificando a possibilidade da guarda compartilhada como forma de amenizar os danos causados nesse diapasão emocional no qual é acometido o menor, bem como a utilização da mediação familiar para suprir a dificuldade de dialogo entre os genitores. Utilizar-se-a o método hipotético dedutivo, com análises bibliográficas de artigos e doutrinas, amparando-se na lei 12.318/2010.

Palavras-chave: *Guarda compartilhada; Alienação Parental; Mediação Familiar; Prejuízos do Desenvolvimento infantil;*

ABSTRACT

The present study aims to analyze the losses arising from the litigious separation and divorce, in which the custodian makes it difficult to live with the other parent, causing the losses resulting from parental alienation, causing a break in the healthy development of the alienated infant. It will be analyzed as the aspects that the referred attitude affects the infant's social and emotional life, checking the possibility of shared custody as a way to mitigate the damages caused in this emotional distress in which the minor is affected, as well as the use of mediation to meet the difficulty of dialogue between parents. The hypothetical deductive method will be used, with bibliographic analyzes of articles and doctrines, based on law 12.318 / 2010.

Keywords: *Shared custody; Parental Alienation; Familiar Mediation; Damage to the infant's development;*

INTRODUÇÃO

O tema da Alienação parental, toma proporções no âmbito jurídico que merece ser pesquisada e entendida pelos operadores do direito e na pesquisa jurídica.

A família e o casamento possuem papel fundamental no desenvolvimento do infante e do adolescente, com isso, o presente estudo aborda o fato da dissolução do casamento de forma litigiosa partindo do pressuposto dos impactos negativos diretos na vida da criança e do adolescente.

A criança projeta em sua vida seus pais como verdadeiros heróis e muitas vezes um dos genitores ou ambos acabam influenciando a criança, projetando uma imagem negativa do outro genitor. Essa influência negativa, que advém de métodos que beiram a crueldade intencional ou não, fazem com que o menor passe a ser visto como “moeda de troca” para atingir o ex conjuge, caracterizando assim a Alienação Parental.

A Lei 12.318/2010 tem como objetivo principal assegurar que não haja sofrimento após o rompimento da sociedade conjugal que venha a atingir a criança e o adolescente, procurando minimizar o conflito em relação aos pais, na maioria das vezes causadas pelo tipo de guarda que foi definido. Esse dispositivo legal serve também para impor alguns deveres e obrigações perante a prole, e um dos fatores que não podemos esquecer é a sanção que está prevista para quem pratica a alienação.

Já a psicologia é um fator fundamental para entender o comportamento da criança ou adolescente, é através dela que é possível identificar e compreender as mudanças que foram causadas em seu cotidiano em decorrência do rompimento conjugal e uma possível alienação parental.

A Guarda compartilhada, por sua vez, tem o poder para restabelecer a harmonia entre os genitores para atender o melhor interesse da criança.

Assim, é de extrema valia que tanto os operadores do direito, quanto a sociedade como um todo tenha conhecimento e empatia com a situação dos filhos após a separação, verificando também a necessidade de

estabelecer regime de guarda e convivência que seja o mais benéfico aos filhos.

Ainda, verifica-se que o tema merece ser abordado em prol da sociedade, principalmente com o objetivo de fornecer inclusive o judiciário formas adequadas de lidar com a alienação parental, minimizando os danos que o conflito possa ter gerado.

O objetivo geral do trabalho é conceituar a moderna família, bem como estabelecer as razões dos rompimentos conjugais, especifico analisando os reflexos da separação para os filhos menores que desencadeiam na alienação parental. O objetivo específico por sua vez é tratar da legislação a cerca da alienação parental e como a guarda compartilhada e a mediação podem ser os vetores para minimizar os danos de sua ocorrência.

É de extrema relevância buscar medidas suficientes que reduzam os danos causados a criança e ao adolescente, evitando assim prejuízo ao seu desenvolvimento, social, intelectual e emocional, de maneira que a presente pesquisa torna-se justificada pela sua importância na preocupação do desenvolvimento infantil.

Utilizar-se-a o método hipotético dedutivo, baseando a pesquisa em doutrina, legislação e artigos científicos que possam corroborar o estudo, como marco teórico Rolf Madaleno, em sua pesquisa sobre a Alienação parental.

1.BREVE ANÁLISE DO CONCEITO DE FAMÍLIA E O ROMPIMENTO DAS RELAÇÕES CONJUGAIS

O instituto familiar vive em grande evolução após o século XX, visto que “o padrão de família” que incorporava pai, mãe e filho (a), deixou de existir, dando abertura para novos parâmetros para a composição familiar.

Assim e de início, a filiação é o vínculo estabelecido entre um ser e os responsáveis por sua geração [...] sob esse prisma, a filiação pode ser vista por sua configuração natural, jurídica ou afetiva. Já a família calcada no triângulo clássico de pai, mãe e filho, nem sempre foi assim, aliás, sua constante evolução mostra que esta não é a sua única estrutura. Ao longo dos séculos a

família sofreu profundas modificações em todos os aspectos, seja na sua finalidade, na sua origem ou na sua composição. (MADALENO; MADALENO, 2019, p.1)

Desta forma a família que antigamente era estabelecida através do matrimônio e a procriação, ganhou nos dias atuais novos conceitos e modificações. Hodiernamente o laço sanguíneo puro e simples abre espaço a relações baseadas em afeto, transformando o conceito de família em uma visão mais ampla, não fazendo distinção de sexo, cor ou raça.

[...]Até então, a filiação era emanada de um pai e uma mãe unidos pelo fato da procriação e até os casamentos tinham como objetivo primordial a própria procriação; porém, com as novas descobertas e os avanços das técnicas de reprodução assistida, em que há a possibilidade de outras pessoas, estranha à relação conjugal e afetiva, estarem envolvidas nessa tríade, além da capacidade de terceiros, que não são responsáveis biologicamente pela geração de uma criança, os quais também podem assumir o papel de pai ou mãe, criou-se a distinção entre filiação biológica – quando a criança é oriunda do material genético dos pais – e filiação afetiva – quando, não tendo contribuído geneticamente, os então pais assumem a responsabilidade pela criação da criança.” (MADALENO; MADALENO, 2019, p.1)

Vale destacar que o artigo 226 da Constituição Federal Brasileira de 1988, protege e resguarda a família, dispondo que: “[...] a família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado. (BRASIL, 1988, art. 226).

[...] A família é protegida pela Constituição Federal, por tratados e pactos internacionais que compõem o ordenamento jurídico-normativo brasileiro, e por usos e costumes, principalmente aqueles decorrentes das crenças religiosas que atribuem à formação de crianças. E, ao estabelecer esta proteção, certamente há o reconhecimento da primazia do interesse de menores, pois é cediço que o seio genealógico garante as condições necessárias para que haja o desenvolvimento saudável dos filhos oriundos da união de duas pessoas.” (BASTOS, 2019, p.94)

No âmbito do Direito, modificam-se os paradigmas do conceito de família, na qual parâmetros obsoletos deixam de existir, dando margem a aceitação de famílias afetivas sem

distinção de gênero ou qualquer outro preconceito existente outrora, passam a ser relações criadas, não impostas. Essa modificação da oportunidade para que seja no âmbito familiar o local adequado para o indivíduo ter plena realização bem como o adequado desenvolvimento das crianças e adolescentes.

Nesse sentido, percebe-se que as relações familiares se tornam muito mais verdadeiras, porque são construídas (e não impostas) por quem integra o instituto (e não por um terceiro, um elemento estranho, como o legislador). O ser, finalmente, supera o ter, fazendo com que o afeto se torne o elemento irradiador da convivência familiar. (ALVES, 2007, p. 331)

Em que pese essa mudança de paradigma, baseando o conceito de família nas escolhas afetivas entre os seres humanos, é sabido que os conflitos são presente em qualquer tipo de relação, e neste sentido as separações e divórcios permanecem existindo com máxima frequência, pois trata-se de uma sociedade livre de imposições do casamento.

Ante ao exposto, o casamento é uma escolha individual, todavia, a expectativa que se desloca ao cônjuge nem sempre é atingida, o que gera frustração e acaba superando o afeto existente, acabando por ocorrer o rompimento dessa relação.

Muitas pessoas casam com o sonho de que a vida irá ficar melhor e mais feliz. Quando essas expectativas não são totalmente alimentadas, o divórcio parece ser a única solução. Para muitos a quebra de compromisso e a destruição dos sonhos resultam em um profundo sentimento de desapontamento, desesperança, desespero, revanche e reatiliação. (CAMARATTA, 1998, p. 273)

Esses sentimentos que geram decepção e frustração aos cônjuges acabam se manifestando na relação destes com os filhos, transcendendo sentimentos pessoais da sua própria expectativa desapontada.

Comumente o fim da relação conjugal traz resquícios de sentimentos negativos, os genitores de forma irresponsável e muitas vezes até sem intenção, permanecem na criação de seu ex cônjuge como algoz da situação, levando

essa frustração aos filhos, dando a origem a uma possível alienação parental.

2. DEFINIÇÃO DE ALIENAÇÃO PARENTAL

A primeira definição da Síndrome da Alienação parental – SAP, passou a ser analisada porque após a dissolução do casamento era notável o distanciamento entre pais e filhos.

Os primeiros registros do termo “síndrome de alienação parental” surgiram em 1985, quando Richard Gardner (1931-2003), professor da clínica Infantil da Universidade de Columbia e membro da Academia Norte-americana de Psiquiatria da Criança e do Adolescente, iniciou as pesquisas sobre o tema. (PALERMO, 2012, p.15)

De modo que o processo de separação é uma etapa muito dolorosa e deixa alguns resíduos de mágoas, medo, insegurança de se relacionar novamente e até mesmo sentimento de fúria após o abandono.

No conceito elaborado por Richard Gardner¹, a SAP² é um fenômeno resultante da combinação de lavagem cerebral com contribuições da própria criança, no sentido de difamar o genitor não guardião, sem qualquer justificativa, e seu diagnóstico é adstrito aos sintomas verificados ao menor. (MADALENO; MADALENO, 2019, p.30)

Essa maneira de comportamento de difamar o genitor e impedir o seu relacionamento com a prole tem relação também com o tipo de guarda definida em lei, o horário das visitas e até mesmo a forma de pagamento da pensão alimentícia. Esses fatores são predominantes e cada vez mais recorrentes nos processos judiciais.

Após anos de pesquisa Gardner³ explica sobre o tanto que a Alienação parental afeta a criança e o adolescente, deixando abalado o seu

¹ Psiquiatra norteamericano que desenvolveu foi o pioneiro no desenvolvimento da pesquisa da Alienação Parental.

² SAP é a abreviatura usada para descrever a Síndrome de Alienação Parental, tratando o como um distúrbio psicológico devido aos genitores praticarem manipulação infantil.

³ Richard Gardner estuda o tema desde os anos 80, determinando certa insuficiência de pesquisa neste sentido, inclusive o médico buscou por anos a inclusão da síndrome no Manual de Diagnósticos e estatísticas de Transtornos Mentais da Associação Americana de Psiquiatria.

psicológico e demonstrando algumas alterações em seu convívio social.

Há quem se engane que a alienação parental ocorre apenas entre os genitores e sim pode ocorrer por qualquer pessoa da família que queira induzir a criança que se afaste da figura do genitor.

[...] a SAP pode ser instaurada por um terceiro, interessado, por algum motivo, na destruição familiar: a avó, uma tia um (a) amigo (a) da família que dá conselhos insensatos, um profissional antiético (psicólogo, advogado, assistente social, médico, delegado, conselheiro tutelar etc.).” (SILVA, 2011, p. 56-57)

Verifica-se então que a Alienação parental esta ligada por aspectos psicológicos da relação dos genitores com seus filhos, quando há campanhas de afastamento para um dos genitores ou familiares.

2.1 O ALIENADOR

O Alienador aparece na maioria das vezes através da figura materna ou paterna, ou até mesmo por ambos. Aquele que detém a guarda principal diante de sua própria frustração pessoal cria situações ou as inventa de maneira que utiliza manobras para tirar a credibilidade do que esta sendo alienado.

Muitas vezes é a mãe quem dedica mais tempo às crianças, ainda mais se ela obtiver a guarda principal; se essa mãe decide empreender manobras de descrédito deliberado contra o pai, então ela tem todos os meios, tanto verbais (comentários de descrédito) como não verbais (teatralizações, atitudes). (SILVA, 2011, p.55)

[...] Embora ainda não haja números precisos sobre o tema, alguns dados ajudam a entender por que a mãe tem mais chance de se tornar alienadora. De acordo com as Estatísticas de Registro Civil, divulgadas em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), EM 87.3% dos casos são elas que detêm a guarda dos filhos em casos de separação. (PALERMO, 2012, p.11-12).

O papel materno em exercer a figura de principal alienadora, se dá a premissa que na

maioria das vezes o papel de guardião acaba sendo sua incumbência, por passar mais tempo com o filho exerce a figura principal no convencimento e desenvolvimento das motivações do infante, e quando utiliza isso de maneira a desqualificar o pai, alcança o sucesso com facilidade.

Entretanto, o Alienador pode ser uma pessoa que detém a guarda da criança ou que a mesma esteja sob sua vigilância. [...] “Aliás, é este o espírito do artigo 2º da lei nº 12.318/2010, ao atribuir o papel de alienador não apenas à mãe (ou um dos pais contra o outro), mas a avós, tios, terceiros que tenham a criança sob sua guarda ou vigilância.” (SILVA, 2011, p.57)

Assim, sendo o alienador de fato se identifica por qualquer familiar que tenha o menor sob sua guarda ou vigilância e pratique atos que prejudiquem a relação com outro familiar (pai, mãe);

Ademais o alienador, não necessariamente tem completa ciência do malefício da sua atitude, e o faz em decorrência de um pensamento egoístico e sem consciência dos impactos de suas atitudes nos filhos.

2.2 GRAUS DE ALIENAÇÃO PARENTAL E SUAS CONSEQUÊNCIAS

A alienação parental pode possuir graus assim, doutrinadores estudam o tema, principalmente a autora Roberta Palermo que define a alienação em três estágios, leve, moderado e grave.

Em primeiro momento há o constrangimento infantil apenas quando há o encontro entre os genitores, mas o vínculo com o outro genitor permanece normal. Todavia no estágio moderado as consequências podem se tornar mais graves e danosas. Enquanto no estágio grave passa a compartilhar os sentimentos que o alienador.

No estágio leve, a criança se sente constrangida somente no momento em que os pais se encontram, afastada do guardião, a criança mantém um relacionamento normal com o outro genitor.

Já no estágio moderado, a criança apresenta

atitudes indecisas e conflituosas. Em certos momentos, já mostra sensivelmente o desapego ao não guardião. Quando a SAP atinge o estágio grave, é hora de se preocupar. A criança apresenta-se doente, perturbada a ponto de compartilhar todos os sentimentos do guardião, não só ouvindo as agressividades dirigidas ao não guardião como contribuindo com o processo de desmoralização do genitor. (PALERMO, 2012, p.27)

Ou seja, quando falamos sobre o estágio grave, sendo considerado o mais preocupante de todos queremos dizer que o mesmo afeta de tal forma a criança que ela se coloca no lugar do outro e passa a tratar com indiferença o outro genitor.

Sendo assim a criança que era considerada como (vítima) passa a se “transformar” em agressor, por rejeitar e ignorar o outro genitor.

O alienador (a) aproveitando da fragilidade da prole, passa a contar fatos que na maioria das vezes não são verdadeiros, fazendo com que a criança ou adolescente, se confunda com os fatos narrados.

É nesse momento que se implantam com mais facilidades as “falsas memórias”: as crenças improcedentes de eventos de agressão física e/ou molestação sexual que a criança passa a imputar ao genitor alienado, repetindo o tal “relato” a tantas pessoas, por vezes despreparadas ou desconhecedoras das circunstâncias, a ponto de registrar as informações como se a lembrança fosse verdadeira, chegando até mesmo a manifestar as mesmas reações psicossomáticas que uma criança verdadeiramente abusada.” (SILVA, 2011, p.82)

“[...] Quer o pediatra, o advogado ou um psicólogo, ainda que admitam a possibilidade de a denúncia ser falsa, sentem-se no dever de tomar imediatamente uma atitude. A complexidade de reconhecer como abusivas posturas aparentemente protetoras, não é somente dos juizes. Diante da gravidade da situação, o juiz não encontra outra saída senão suspender qualquer contato entre ambos ou inverter liminarmente a guarda, determinando a realização de estudos psicossociais para aferir a veracidade do que lhe foi noticiado.” (DIAS, 2017, p.25)

Após a decisão do juiz de suspender ou inverter liminarmente a guarda, o alienador consegue quebrar o vínculo afetivo entre a criança e o outro genitor, já que o litígio tomou um rumo sem volta e desta forma fica impossível de estabelecer uma boa relação entre a prole e o outro genitor.

A Alienação Parental acaba influenciando o comportamento da Criança, gerando conflitos em sua personalidade, gerando baixa autoestima, depressão e medo.

Ao, provocar a alienação, o genitor não tem ideia de como pode comprometer o desenvolvimento psicológico da criança/do adolescente. Os diagnósticos mais comuns nas vítimas da alienação parental são depressão, ansiedade e pânico. O estado emocional interfere na postura social, no rendimento escolar e causa baixa autoestima. Já na adolescência, eles sofrem com o sentimento de culpa e podem se envolver com álcool e drogas para amenizar a dor. (PALERMO, 2012, p.25)

A criança e o Genitor (vitima) acabam sofrendo com essa situação lamentável e ficando com um sentimento de injustiça, tendo que utilizar o horário disponível para visita para tentar restabelecer o convívio familiar.

3. A IDENTIFICAÇÃO DA ALIENAÇÃO PARENTAL COM BASE NA LEI 12.318/2010 E O AMPARO LEGISLATIVO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

É possível identificar a criança que sofre a alienação parental com base na conduta do genitor, pois este passa a dificultar e criar algumas barreiras em relação ao convívio com o outro genitor. A legislação pátria se preocupa no que lhe concerne em criar um rol de situações onde são possíveis identificar vislumbres da ocorrência da Alienação Parental.

Conforme mencionado, há legislação específica para alienação parental, a definição brasileira, esta inclusa no art. 2º da Lei 12.318/10, no qual preceitua:

Considera-se ato de alienação parental a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente promovido, ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou pelos que tenham a criança, ou adolescente sob a sua autoridade, guarda ou vigilância para que

repudie genitor, ou que cause prejuízo ao estabelecimento, ou à manutenção de vínculos com este (BRASIL, 2010, Art. 2º)

No rol apresentado pela legislação aponta-se que a realização de campanha de desqualificação da conduta do genitor (a), dificuldade de acesso e contato com a criança e o adolescente, bem como sua convivência, a omissão de informação pessoais do menor, incluindo também acusações falsas e mudanças de domicílios inexplicadas como formas exemplificativas de alienação parental.

A criação da lei 12.318/2010, tem como objetivo preservar a relação familiar e principalmente a criança. [...]“A presente lei revela – se de maior valia, pois que fornece à sociedade um instrumento para que possa combater esse tipo de condutas e, fornecer ao aplicador do direito, compreensão e instrumentos de trabalho e solução destes litígios [...]” (FEITOR, p.104, 2017)

Após fazer uma breve análise deste artigo fica nítido que o foco principal é manter no mínimo um convívio de maneira saudável entre os genitores. É evidente que a parte mais prejudicada no meio disso tudo é a criança.

O mesmo diploma legal traz consigo as formas utilizadas como punição para minimizar os prejuízos causados a criança, onde estabelece que o genitor será punido conforme o nível de gravidade cometido.

Vejamos o conteúdo da legislação 12.318/2010:

Art. 6º Caracterizados atos típicos de alienação parental ou qualquer conduta que dificulte a convivência de criança, ou adolescente com genitor, em ação autônoma ou incidental, o juiz poderá, cumulativamente ou não, sem prejuízo da decorrente responsabilidade civil ou criminal e da ampla utilização de instrumentos processuais aptos a inibir, ou atenuar seus efeitos, segundo a gravidade do caso:

- I) Declarar a ocorrência de alienação parental e advertir o alienador;
- II) Ampliar o regime de convivência familiar em favor do genitor alienado;
- III) Estipular multa ao alienador;
- IV) Determinar acompanhamento psicológico e/ou biopsicossocial;
- V) Determinar a alteração da guarda para guarda compartilhada ou sua inversão;

- VI) Determinar a fixação cautelar do domicílio da criança ou adolescente;
- VII) Declarar a suspensão da autoridade parental.

Parágrafo Único: Caracterizado mudança abusiva de endereço, inviabilização ou obstrução à convivência familiar, o juiz também poderá inverter a obrigação de levar para ou retirar a criança, ou adolescente da residência do genitor, por ocasião das alternâncias dos períodos de convivência familiar. (BRASIL, 2010, Art. 6º)

Devido ao assunto ser totalmente complexo é necessário analisar outros dispositivos para amparar e garantir o melhor interesse do menor.

A lei 12.318/2010 tem eficácia e garante a criança que sofre em detrimento da alienação parental, proporcionando amparo e resguardo de seus interesses. Quando ao o genitor alienador caberá somente as sanções estabelecidas que são previstas no mesmo na referida lei.

A lei elenca, de modo exemplificativo, diversas formas de sua ocorrência. Havendo indícios de sua prática, prevê a realização de processo autônomo, com tramitação prioritária e a realização de perícia psicológica, cabendo ao juiz determinar as medidas provisórias necessárias para a preservação da integridade psicológica da criança ou adolescente. A manutenção do convívio e a aplicação de penalidades ao alienador, como a imposição de multa, a alteração da guarda e até a suspensão do poder familiar são os mecanismos eleitos para coibir sua prática. (DIAS, 2017, p.26)

Todavia, o avanço que se deu na sociedade brasileira é, sem dúvida, significativo. [...] É necessário ir além e atuar para garantir a real efetivação do dispositivo legal, ampliando sua visibilidade, provocando o poder judiciário e promovendo uma modificação na conduta social, a fim de coibir a complexa dimensão que está por detrás da alienação parental." (BARUFI, 2017, p. 50)

Nota-se que a legislação pátria busca minimizar os prejuízos causados pela alienação, visando manter o vínculo afetivo entre os genitores. Ocorre que apenas implicar punição aos alienadores não é suficiente para assim tanto a determinação de guarda compartilhada como a utilização da mediação, são formas de se evitar a ocorrência da alienação parental antes de causar verdadeiros prejuízos, como será tratado nos tópicos a seguir.

4. A GUARDA COMPARTILHADA E IMPORTÂNCIA DA PRESENÇA DOS GENITORES NA VIDA DA CRIANÇA OU ADOLESCENTE NO ENFRENTAMENTO DA ALIENAÇÃO PARENTAL

Na vida da criança ou adolescente a figura paterna, ou materna é muito importante para ajudar em seu desenvolvimento, quando ocorre a ausência de um ou até mesmo de ambas as partes, a criança cresce com alguns traumas e carrega consigo ao longo de sua vida aquela sensação de abandono.

Os pais, em conjunto, representam segurança perante a sociedade – principalmente em idade escolar que a criança sai do lar protegido para ingressar no mundo de adversidades – e também são garantia de sua entidade no meio social. Eles são intermediários entre os filhos e a sociedade, favorecendo a aprendizagem das relações interpessoais e os costumes morais, que posteriormente serão utilizados por esse menor." (MADALENO; MADALENO, 2019, p.28)

O papel da mãe é fundamental desde a gestação, na qual passa a mudar alguns hábitos de seu cotidiano para garantir a saúde e o bem-estar do bebê.

Em bebês menores de um ano, por exemplo, a ausência familiar pode deixar lacunas na sua personalidade, pois, em vez de adquirir boas experiências de segurança, autonomia e confiança, ele terá lacunas em seu desenvolvimento, falhas que são gravadas no seu sistema neuroendócrino, como angústia, sensação de desintegração e falta de apoio, sendo acionadas a cada nova sensação de insegurança, inclusive na fase adulta." (MADALENO; MADALENO, 2019, p.27)

Além de ser essencial a presença dos genitores na vida da criança ou adolescente, os pais são utilizados como referência em seu desenvolvimento. Sendo assim vale ressaltar a importância da criança ou adolescente crescer em um ambiente saudável, aconchegante e seguro, que possa proporcionar qualidade e resultados satisfatórios desde a primeira infância que é considerado com o período mais importante.

No entanto, é cediço que à infância é responsável pelo maior número de aprendizagem cognitiva e motora [...]. Principalmente na primeira fase da infância a criança absorve os ensinamentos e enraíza sua aprendizagem no que tange ao seu papel e espaço junto ao núcleo familiar, com interações e responsabilidades sociais dentro do meio ambiente em que está inserida, especialmente em relação à instituição de ensino." (BASTOS, , p.160)

Mesmo que os genitores estejam separados a guarda compartilhada busca essa harmonia para resgatar o convívio familiar.

A espécie guarda pode ser definida da seguinte forma: Unilateral ou até mesmo Compartilhada.

A guarda Unilateral é dada a apenas um dos genitores ou até mesmo por alguma pessoa que possa substituir o seu papel na vida da criança, ou adolescente, buscando sempre garantir o interesse do menor. “A unilateral, também chamada de exclusiva, era até então dominante no direito brasileiro, diz respeito à atribuição, a um só genitor, dos cuidados diretos e da custódia do filho.” (MADALENO, MADALENO, 2019, p.22)

Artigo 1.583 A guarda será Unilateral ou Compartilhada.

§ 1.º Compreende-se por guarda unilateral a atribuída a um só dos genitores ou a alguém que o substitua (art.1.854, § 5.º) e, por guarda compartilhada a responsabilização conjunta e o exercício de direitos e deveres do pai e da mãe que não vivam sob o mesmo teto, concernentes ao poder familiar dos filhos comuns. (BRASIL, 2015, Art. 1583)

Já a Guarda compartilhada estabelece o bom relacionamento e o respeito entre os genitores, ou seja, ambos possuem direitos e obrigações com a criança.

A guarda compartilhada é uma modalidade de guarda de filhos menores de 18 anos completos não emancipados, ou maiores incapacitados enquanto durar a incapacidade [...]. A guarda compartilhada não permite, portanto, que nenhum dos pais se exima de suas responsabilidades e, muito menos, que um dos pais não possa exercer esse dever para com a vida do filho e, mesmo após a dissolução do casamento ou da união estável.” (SILVA, 2011, p.1)

Em primeiro lugar o objetivo principal é garantir o bem-estar da criança ou adolescente. O segundo objetivo é estabelecer o maior vínculo afetivo entre a criança com os genitores.

A guarda é uma atribuição do poder familiar e, também, um dos aspectos mais importantes dos efeitos do divórcio de um casal, uma vez que decide questões relativas às pessoas emocionalmente mais vulneráveis da relação, por não possuírem sua capacidade de discernimento totalmente formada.” (MADALENO, MADALENO, 2019, p.21)

A guarda compartilhada é a melhor forma de resgatar a convivência familiar é através dela que os genitores vão conseguir acompanhar de perto todas as etapas na vida da criança ou adolescente. E não há nada mais satisfatório do que a criança ou adolescente crescer em um ambiente saudável e harmonioso.

Em 22 de dezembro de 2014 foi editada a lei 13.058, denominada de nova Lei da Guarda Compartilhada, que alterou o § 2º do art. 1.583 do Código Civil, construindo a figura da guarda compartilhada física, e pela qual o pai e a mãe devem dividir de forma equilibrada o tempo de permanência de cada um deles com a prole comum, coexistindo com a guarda compartilhada jurídica, de exercício conjunto do poder familiar. Na guarda compartilhada da modelagem do exercício paritário do poder familiar, o casal deve garantir o livre acesso aos filhos, em regime de convivência a ser definida em regimes de visitas, sob pena de comprometimento do equilíbrio emocional do menor, sem que perca a referência do seu lar.” (MADALENO; MADALENO, 2019, p. 22-23)

Desta forma a guarda compartilhada necessita de total compreensão entre os genitores e muito diálogo para que não ocorra alteração de forma negativa na rotina da criança e também para não comprometer seu equilíbrio emocional, garantindo atender o melhor interesse do menor. “O melhor interesse da criança se traduz, assim, na possibilidade desta crescer de forma sadia, com ambas referências parentais, para a construção de uma personalidade plena e capaz [...]” (ULLMANN, 2017, p.137)

Essa modalidade de guarda, possibilita melhor contato entre os genitores, bem como muda o paradigma da mãe passar a ter as responsabilidades corriqueiras com o infante proporcionando maior participação do genitor.

Além disso, o desenvolvimento infantil passa a ser melhor amparado pelos pais, mesmo daqueles que estão separados.

5. O PAPEL DA MEDIAÇÃO COMO MEIO ALTERNATIVO PARA PREVINIR E TRATAR A ALIENAÇÃO PARENTAL.

Na área do Direito Familiar, como tratado, há incidência de diversos sentimentos nos quais o simples procedimento processual e o processo judicial não é capaz de alcançar.

Os conflitos familiares possuem principalmente a característica da existência de uma relação antes e depois do conflito. Quando se fala de casos de separação com filhos a necessidade do tratamento adequado do conflito se torna mais relevante.

A separação por si só deixa mágoas, tristezas e até mesmo raiva por um ou ambos genitores. A criança que passa por esse cenário acaba sendo afetada psicologicamente e emocionalmente.

A mediação por sua vez, conforme tratada no art. 165, §3º do Código de Processo Civil, é utilizada para o tratamento de conflitos preferencialmente quando há relação anterior entre as partes, reconhecendo o referido diploma legal a necessidade de utilizar métodos adequados de solução de conflito que permitam o restabelecimento da comunicação.

O processo judicial utilizado na separação do casal ou no estabelecimento de direitos e deveres em relação ao menor, sem a utilização de mediação e um olhar mais humanista do conflito podem fomentar o litígio e aumentar a disputa existente entre os envolvidos, e esta situação, pode por consequência estimular a ocorrência da alienação parental.

O procedimento do mediatório também pela sua natureza de busca do consenso e restabelecimento da comunicação, podem auxiliar ao tratamento de uma alienação parental já instaurada.

A mediação busca resolver conflitos entre as partes por uma terceira pessoa que ajudará de maneira imparcial a solucionar a lide de forma pacífica, de maneira que também traz a baila os pontos de interesse entre os envolvidos, permitindo uma nova visão do conflito.

Ressalta-se, ainda, que na utilização desse método alternativo de solução de conflitos – mediação –, poderá valer-se no desenvolvimento dos trabalhos, durante as reuniões, de comediantes, a saber: psicólogos, assistentes sociais, psicoterapeutas, psicanalistas, posto que, muitas vezes, a raiz do conflito não reside numa questão jurídica envolvendo pessoa com pessoa, ou com pessoas relacionadas a bens. A interdisciplinariedade, aqui, é uma exigência para bem pacificar as relações dos sujeitos em conflito de interesses. (CARDIN; RAIZ; 2017, P. 301-302)

Assim, a abordagem da utilizada na mediação na solução dos conflitos, principalmente no caso de alienação parental proporciona aos litigantes o empoderamento e o entendimento da situação conflituosa, tendo como objetivo encontrar os pontos positivos desse conflito, o amadurecimento e a criação de alternativas para que haja mudança no comportamento de imediato e a longo prazo.

[...] algumas vezes não basta separar as pessoas de seus problemas, pois elas próprias são o problema e não conseguem vislumbrar o que há de errado na situação, portanto, as estratégias antes descritas podem ser extremamente eficazes nos primeiros estágios da síndrome, pois, uma vez instalada e cortados os vínculos com o outro genitor, se torna praticamente impossível que a situação se reverta sem a tomada de medidas drásticas.” (MADALENO; MADALENO, 2019, p.15)

A utilização de profissionais multidisciplinares, que possam auxiliar o mediador, bem como as partes encontrar o consenso e o diálogo, tornam a mediação um instituo eficaz ao tratamento de casos familiares.

O papel do interventor é ajudar na comunicação através da neutralização de emoções, formação de opções e negociação de acordos. Como agente fora do contexto conflituoso, funciona como um catalisador de disputas, ao conduzir as partes às suas soluções, sem propriamente interferir na substância destas. (PINHO, 2010, p.66)

Durante o processo da mediação as partes tem a oportunidade de se aproximar para ao que tem em comum, e não as razões que fazem se tornar adversárias, a possibilidade dos momentos de comunicação auxiliam a resolver questões emocionais, deixando de lado os sentimentos de vingança. É o momento de transformação e crescimento para as partes, fortalecendo sua capacidade de empatia(CARVALHO; PÉRSICO, 2018, p. 50).

Importante esclarecer que a utilização da mediação tão logo instaurado um processo de separação, de alimentos ou de guarda, podem agir como prevenção da existência de alienação parental. Neste cenário os envolvidos já iniciam uma campanha de conscientização sob o desenvolvimento, necessidade e interesses de seus filhos e uma nova ótica sob seu conflito.

Assim, mesmo que novos conflitos surjam depois de uma mediação, o

amadurecimento dos genitores para tratá-lo será diferenciado.

A mediação, como instrumento de tratamento e prevenção da alienação parental, deve ser utilizada e incentivada em todos os casos de família e não como uma mera necessidade imposta pela lei. É necessário que sua utilização seja cada vez mais comum, incentivada por todos profissionais de direito, assim como a própria lei determina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A família pode ser considerada um dos pilares da sociedade, visto que o desenvolvimento da criança e do adolescente parece estar completamente ligada a sua estrutura familiar.

Nos últimos anos notou-se uma modificação no conceito de família. Atualmente nota-se grande preocupação em entender que existem inúmeras formas de família e não a tradicional de pais casados, homem e mulher.

Diante dessa modificação social e da constância mais abrangente de divórcios e separações, ou simplesmente de casais cujo único vínculo e um filho, observou-se o efeito crescente da alienação parental.

Nota-se que a guarda unilateral e o processo judicial decorrente desta demanda podem ocasionar em intensificação dos sentimentos negativos entre genitores que não convivem juntos.

A alienação parental se identifica como uma forma de violência emocional e psicológica praticada por um dos genitores, principalmente pelo detentor da guarda. Normalmente tampouco é necessário algum motivo plausível para prejudicar a convivência com o outro genitor e até com seus familiares.

É comum perceber que tudo decorre de sentimentos opostos, negativo e muitas vezes implícitos que existem entre pais.

O combate a alienação parental deve ser efetivo, uma vez que abala a saúde emocional da criança ou adolescente, prejudicando seu desenvolvimento pessoal, social e emocional, desenvolvendo inclusive problemas psicológicos ou mais graves. A privação do convívio com o outro genitor desencadeia a desestruturação do

vínculo afetivo que havia entre eles.

A síndrome da alienação parental pode deixar, portanto “sequelas” irreparáveis ao longo da vida da criança ou adolescente, sendo de suma importância aplicar a sanção prevista para quem infringir a lei 12.318/2010 de modo a possibilitar uma reaproximação entre o genitor alienado com o seu filho, todavia isso não é suficiente para evitar que a situação deixe de acontecer ou piore.

Neste interin, o presente estudo verifica como hipótese de melhor desenvolvimento da situação pós separação a utilização da guarda compartilhada e da mediação.

A guarda compartilhada em sua natureza traz consigo a possibilidade para ambos genitores acompanhem de perto o desenvolvimento do seu filho, não só como uma figura familiar e sim com participação direta na sua vida. A guarda compartilhada também estimula uma participação mútua na vida da criança.

Percebe-se que a presença de ambos genitores na vida da criança ou adolescente é de extrema importância, pois se há uma criança em ambiente harmônico e seguro a incidência de transtornos futuros, torna-se de menor incidência e até melhor facilidade de identificação.

Nesta situação subentende-se que os pais deixam de olhar seus conflitos e passam sua atenção total ao filho, proporcionando sem dúvida um desenvolvimento mais saudável. Assim, a guarda compartilhada já perpetua um outro ambiente, e para isso é necessário que os genitores tenham consciência de seus interesses e obrigações com o menor.

Assim, a mediação passa a ser um instituto essencial neste contexto.

A mediação pode auxiliar a minimizar a conduta adversarial entre as partes, buscando que haja a consciência do conflito e de sua solução. O procedimento mediatório oferece a oportunidade do restabelecimento da comunicação e da separação de suas oposições, com seus interesses em comum.

Na mediação o terceiro, imparcial e facilitador do diálogo, o mediador, utilizará as técnicas adequadas para induzir os mediandos a ver um conflito sob uma nova ótica.

O conflito deixa de ser visto como negativo e através do diálogo e da validação de sentimentos cria-se um ambiente criativo e equilibrado para que os envolvidos encontrem uma solução que satisfaça a ambos.

Este processo proporciona amadurecimento dos envolvidos e verdadeiro empoderamento, havendo um despertar de consciência para um novo paradigma de solução de conflitos.

Assim, a mediação além de auxiliar em casos onde a alienação parental foi instaurada, pode ser método preventivo para os casos de família, trazendo em evidência as necessidades do menor e não de vinganças pessoais entre seus pais.

O presente estudo entende, portanto o Direito de Família, prevê a possibilidade de diminuição de prejuízos para crianças e adolescentes no rompimento da vida conjugal de seus pais. A utilização da mediação e o incentivo a guarda compartilhada são instrumentos possíveis tanto legalmente, como moralmente e merecem aplicação.

Entretanto, a cessação total da alienação parental também depende de auxílio técnico a ser fornecido por profissionais de diferentes áreas como, psicólogos, assistentes sociais e psiquiatras para uma análise cautelosa e minuciosa ao caso concreto.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Leonardo Barreto Moreira. **O Reconhecimento Legal Do Conceito Moderno De Família – O Art. 5º , li E Parágrafo Único, Da Lei No 11.340/2006**. Revista Jurídica Do Ministério Público Do Estado De Minas Gerais, 2007
- ARDIN, Valéria Silva Galdino; RUIZ, Ivan Aparecido. Da Mediação Na Alienação Parental. In: Revista Em Tempo, [S.l.], v. 16, n. 01, p. 287 - 306, feb. 2018. ISSN 1984-7858. Disponível em: <<https://revista.univem.edu.br/emtempo/article/view/2424>>. Acesso em: 16 nov. 2020.
- BARUFI, Melissa Telles. Alienação Parental – Interdisciplinaridade: Um Caminho para o Combate. In incesto e E Alienação Parental. Coord. Maria Berenice Dias, São Paulo: RT, 2017.
- BASTOS, A.T. A saúde mental da criança vítima de alienação parental. Curitiba: Brazil Publishing, 2019.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 10 de novembro de 2020.
- _____. LEI 12.318/2010 (Lei de Alienação Parental). Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12318.htm>. Acesso em: 12 outubro de 2020
- _____. LEI 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm Acesso em: 15 de outubro de 2020 2020
- _____. LEI 10.406/2002 (Código Civil). Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm > Acesso em: 12 de outubro de 2020
- _____. LEI 13.058/2014 (Lei de Alteração do Código Civil para alteração da guarda compartilhada e unilateral). Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11698.htm#art1> Acesso em: 12 novembro de 2020
- _____. LEI 13.115/2015 (Código de Processo Civil) Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm. Acesso em 17 de outubro de 2020
- CAMARATTA ANTON. Iara L. A Escolha Do Conjuge: Um Entendimento Psicodinamico. Rio Grande do Sul: Artmed, 2012.
- CARVALHO, Kisa Valadão; PÉRSICO, Bruna Fontanelli Grigolli; Mediação de conflitos como instrumento para a intervenção na alienação parental: um estudo exploratório; In Revista Perspectiva Psicológica; Uberlândia; 2018 (p. 43 – 69) Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/perspectivasempsicologia/article/view/46558/25076>
- DIAS, Maria Berenice. Alienação Parental: Realidade Difícil de ser Reconhecida. In Incesto e E Alienação Parental. Coord. Maria Berenice Dias, São Paulo: RT, 2017.
- FEITOR, Sandra Inês. Visibilidades Jurídicas: Novos Rumos da Alienação Parental sob um olhar do direito comparado. In Incesto e E Alienação Parental. Coord. Maria Berenice Dias, São Paulo: RT, 2017.
- MADALENO, Ana Carolina Capes; MADALENO, Rolf. Síndrome da Alienação Parental: Importância da Detecção Aspectos Legais e Processuais. São Paulo: Forense, 2019.
- PALERMO, Roberta. Ex-Marido, Pai Presente: Dicas Para Não Cair Na Armadilha Da Alienação Parental. São Paulo: Mescla, 2012
- PINHO, Humberto Dalla Bernadino de. A mediação e a necessidade de sua sistematização no processo civil brasileiro. In. Revista eletrônica de direito procesual v. 5. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/redp/article/view/23027>. Acesso em 28 de outubro de 2020
- SILVA, Denise Maria Perissini da. Guarda Compartilhada e Síndrome de Alienação Parental o que é isso ? São Paulo: Editora Autores Associados Ltda, 2011.
- TARTUCE, Fernanda. Mediação nos Conflitos Cíveis. São Paulo: Método, 2008
- ULLMANN, Alexandra. Da Inconstitucionalidade do Princípio da Culpabilidade Presumida Nas Falsas Acusações de Abuso Sexual. In incesto e E Alienação Parental. Coord. Maria Berenice Dias, São Paulo: RT, 2017.

A ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO NA CONSCIENTIZAÇÃO E PREVENÇÃO DO CÂNCER DE PRÓSTATA¹

Aldaires Pinheiro Da Costa

*Graduando do curso de Enfermagem da UNISAN
aldaires.enf@gmail.com*

Myrcea Andressa de Souza Tilger

*Farmacêutica, Doutora em farmacologia comportamental pela UNIFESP, docente da UNIP
myrceatilger@hotmail.com*

José Antonio Gonçalves Silva

*Enfermeiro, Mestre em Ciências da Saúde pela UNISA, coordenador de Enfermagem do Hospital São Paulo
paraotony@gmail.com*

Katia Pires Benites

*Enfermeira, Especialista em Administração Hospitalar pela UNAEP e em Docência no Ensino Superior pela Anhanguera,
docente e coordenadora do Curso de Enfermagem da UNISAN
katia.pires@santarita.br*

Selma Montosa da Fonseca

*Enfermeira, Doutora em Ciências pela UNIFESP, Mestre em Saúde do Adulto e do Idoso, e Especialista em Enfermagem
Oncológica pela EEUSP, docente e coordenadora do curso de Enfermagem da UNISAN
selma.montosa@santarita.br*

RESUMO

Atualmente o câncer de próstata é o mais prevalente no sexo masculino perdendo apenas para o câncer de pele não melanoma, com aumento significativo de casos e mortes nos últimos anos, nesse sentido este estudo busca refletir sobre a importância da enfermagem na prevenção e descoberta precoce do câncer de próstata, através de uma revisão literária buscando a conscientização dos homens sobre a prevenção e descoberta precoce do câncer de próstata, aumentando à expectativa de cura. Aproximadamente 90% de cura dos casos de câncer de próstata ocorreram em pacientes que tiveram diagnóstico precoce, sendo que na fase avançada essa porcentagem diminui para 10% a 20% (INCA, 2018). Os métodos foram analisar e revisar literatura e refletir sobre a atuação da enfermagem na assistência à saúde do homem, facilitando o contato nas unidades de atenção primária, prepará-los para romper as barreiras e preconceito impostos pela sociedade, com aspecto simbólico e relacionado ao caráter invasivo a masculinidade do ponto de vista físico e psicológico descritos em estatísticas atuais.

Palavras-chave: *Prevenção, câncer, próstata, enfermagem.*

ABSTRACT

Currently, prostate cancer is the most prevalent in men, below only to non- melanoma skin cancer, with a significant increase in cases and deaths in recent years. In this sense, this study is a reflection on the importance of nursing in prevention and discovery of prostate cancer, through a literary review seeking men's awareness of the prevention and early discovery of prostate cancer, increasing the expectation of cure. Approximately 90% cure of prostate cancer cases occurred in patients who had early diagnosis, and in the advanced phase this percentage decreases to 10% to 20% (INCA, 2018). The methods were to analyze and review the literature and to reflect on the role of nursing in men's health care, facilitating contact with the primary units, preparing them to break the barriers and prejudice imposed by society, with a symbolic aspect related to the health, invasive character of masculinity from the physical and psychological point of view described in current statistics.

Key words: *Prevention, cancer, prostate, nursing.*

¹ Trabalho de iniciação científica realizado na UNISAN e apresentado no CONIC, em 2018

INTRODUÇÃO

A próstata é uma glândula produtora de sêmen, do sexo masculino que está localizada entre a bexiga e o reto. Por várias causas pode ter uma alteração do tamanho, como prostatite ou idade avançada, situações que não trazem grandes danos ao paciente. Em alguns casos, pode ocorrer o crescimento desordenado das células, conhecido como câncer de próstata, formando uma massa tumoral, e em alguns pacientes podem desenvolver metástase neoplásica invadindo outras partes do corpo, de forma lenta ou agressiva, podendo até levar a morte (INCA, 2018; SILVA et al., 2013).

Com base nos dados fornecidos pelo Instituto Nacional de Câncer (INCA) o câncer de próstata é considerado câncer da terceira idade acometendo homens a partir dos 65 anos na maioria dos casos, sendo o segundo tipo de câncer mais comum entre os homens; no mundo são diagnosticados mais de 542 mil casos por ano, que representa 13,3% dos casos de câncer nos países em desenvolvimento. No Brasil no ano de 2005 eram 46.330 novos casos, esse número teve um aumento significativo em 2018, com mais de 68.000 casos novos, em 2015 foram 14.484 mortes causada pelo câncer de próstata de acordo com os dados da Sociedade Brasileira de Urologia (INCA, 2018), um a cada seis homens com idade acima de 45 anos pode ter a doença sem ao menos saber disso, os métodos de diagnósticos e melhoria na qualidade de informação gerada pela enfermagem e profissionais da saúde pode contribuir para o aumento da expectativa de vida destes brasileiros. Segundo o Ministério da Saúde o câncer de próstata é um dos grandes problemas da saúde pública brasileira (INCA, 2018; MEDEIROS; MENEZES; NAPOLEÃO, 2011).

Segundo os dados fornecidos pelo Programa Nacional de Controle do Câncer da Próstata, os fatores genéticos contribuem para o aumento de 3 a 10 vezes mais a incidência de câncer, a contribuição referente à dieta ainda é incerta, contribuem também: o alto consumo energético como ingestão de carne vermelha, gorduras e leite, consumo excessivo de álcool e tabagismo. Em geral, sabe-se pouco sobre a maioria dos fatores estudados em relação ao câncer da próstata, já que os estudos epidemiológicos têm encontrado resultados

inconsistentes (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2002).

Dados revelam que a estreita relação entre o homem e cuidados com sua própria saúde não é considerado prioridade por eles, a principal evidência é a falta de informações. Neste contexto a enfermagem pode proporcionar informações e orientações, quanto à prevenção de doenças e manutenção da saúde, buscando identificar fatores, sinais e sintomas que possam indicar alterações relacionadas (SILVA et al., 2013).

Diferentemente das mulheres, mais presentes nas consultas e no atendimento primário, os homens não buscam esse atendimento, onde são realizados os exames preventivos, ao contrário, só procuram a assistência de saúde quando tem sintomas e a chance de estar gravemente doente é grande, trazendo desgaste emocional e físico, podendo exigir maior empenho e sofrimento para um provável tratamento, lento e de alto custo (GONÇALVES; PADOVANI; POPIM, 2008; VIEIRA; ARAÚJO; VARGAS, 2012).

Existem obstáculos culturais na geração masculina, que estão vinculados aos fatores que impedem a busca preventiva do cancer de próstata. Os que mais prevalecem com maior intensidade impedindo uma consulta ao urologista, são: masculinidade, medo, desconhecimento, preconceito e vergonha, tudo isso impede a descoberta ou a prevenção precoce do câncer de próstata (PAIVA; MOTTA; GRIEP, 2011).

Segundo o INCA quanto mais cedo for descoberto, maior a efetividade na cura, o que agrega importância aos exames preventivos como toque retal, exame de PSA e imagem que vão auxiliar na descoberta, porém, encontram-se barreiras impostas pela sociedade na vida do homem, como aspecto simbólico e relacionado ao caráter invasivo destes exames do ponto de vista físico e psicológico (BELINELO et al., 2014; SILVA et al., 2012).

Há necessidade da atuação conjunta dos profissionais da saúde, junto aos pacientes priorizando a educação e conscientização, com vista de conseguir mudança na cultura comportamental do homem, consequentemente levando a promoção da sua saúde. Uma vez que há relatos sobre as orientações partirem apenas do corpo clínico médico, havendo uma

participação menor no campo da enfermagem (VIEIRA et al., 2008). Com o aumento significativo de casos de câncer de próstata e descoberta tardia, há elevação no número de casos, com base nesses dados, fornecidos pelo INCA (INCA, 2018), buscamos meios que possam facilitar a prevenção e obtenção de um diagnóstico precoce.

Sabe-se que existem restrições dos pacientes como a cultura do homem de não procurar atenção de saúde, poder econômico, constrangimento, incompatibilidade de horários e falta de conhecimento dos pontos de apoio, sabe-se também que as UBS (Unidade Básica de Saúde) oferecem o sistema de PNAISH (Política Nacional de Atenção Integral a Saúde do Homem) (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2008), onde se encontram profissionais da enfermagem, junto com a equipe multidisciplinar para orientar e ajudar na descoberta precoce do câncer de próstata.

Nesse sentido, é fundamental a atuação da enfermagem nos exames preventivos, para fornecer apoio clínico e esclarecimento da importância da prevenção do câncer de próstata, uma vez que dados do Ministério da Saúde apontam que quando descoberto no estágio inicial, a probabilidade de cura do câncer de próstata é de 90%, estima-se que 30% dos diagnósticos são de casos já em estado avançado diminuindo para 10% a 20% a cura (INCA, 2018).

Diante deste panorama é fundamental refletir sobre a atuação do profissional de enfermagem na conscientização quanto aos exames preventivos e adesão aos tratamentos quando necessários.

OBJETIVOS

Objetivos Gerais

Realizar análise da literatura publicada em diferentes periódicos, a respeito dos aspectos relacionados às causas, diagnóstico, prevenção do câncer de próstata e identificar o papel do enfermeiro nos cuidados de prevenção do paciente.

Objetivos específicos

- Detectar fatores que criam barreiras na prevenção e diagnóstico do cancer de próstata.
- Buscar políticas públicas existentes, onde atua a enfermagem na prevenção e diagnóstico do câncer de próstata.
- Refletir sobre a atuação da enfermagem na prevenção do câncer de próstata.

METODOLOGIA

Tratou-se de revisão de literatura, onde foi realizado um levantamento bibliográfico nas bases de dados Lilacs, Scielo, Bireme, Medline e Pubmed, nas bases de dados de organizações de saúde e associações. Este levantamento bibliográfico foi realizado no ano de 2019 empregando as seguintes palavras-chave: Prevenção, câncer, próstata, enfermagem. Os critérios de inclusão utilizados neste trabalho foram: artigos na língua portuguesa e espanhola, artigos que estejam na íntegra nas referidas bases de dados e artigos publicados a partir do ano de 2005. Os critérios de exclusão foram: artigos publicados com data anterior a 2005, artigos em outros idiomas e artigos que não estejam disponíveis na forma integral nos periódicos.

RESULTADO E DISCUSSÃO

Com base nos dados coletados nas bases de dados Lilacs, Scielo, Bireme, Medline e Pubmed, dados de organizações de saúde e associações, empregando as seguintes palavras-chave: Prevenção, câncer, próstata, e enfermagem, juntamente com os critérios de exclusão mencionados anteriormente foram selecionados 08 artigos.

Pode se dizer que ainda não existem causas específicas definidas desse tipo de câncer (INCA, 2018; MEDEIROS; MENEZES; NAPOLEÃO, 2011), alguns descrevem fatores que são considerados importantes, destacando-se: idade avançada, hereditariedade, alimentação, tabagismo, consumo de bebidas alcoólicas e obesidade (INCA, 2018; MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2002; SILVA et al., 2013).

No aspecto de idade avançada, está relacionado com câncer de próstata, pessoas acima dos 60 anos em 90% dos casos tornando-se um fator bem considerável (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2002). Quanto à alimentação, segundo o trabalho de Medeiros e colaboradores (MEDEIROS; MENEZES; NAPOLEÃO, 2011), este fator está relacionado principalmente ao alto consumo de gordura que pode levar a obesidade.

Segundo o Ministério da Saúde o tabagismo é um dos fatores que está mais relacionado à causa de câncer em geral, alcoolismo é um fator ainda em estudo, porém alguns autores acreditam que o álcool está envolvido (GONÇALVES; PADOVANI; POPIM, 2008; SILVA et al., 2013), eles ressaltam que tem muito a pesquisar, e quando descobertas as causas, haverá a prevenção adequada (VIEIRA; ARAÚJO; VARGAS, 2012).

Nessa linha de raciocínio relacionada à prevenção, o trabalho de Medeiros e colaboradores faz observações de que está relacionada ao hábito de vida saudável, dieta rica em frutas, verduras, legumes, grãos, cereais integrais, menos gordura, pelo menos 30 minutos diários de atividade física, manter o peso adequado, diminuir o consumo de álcool, não fumar e que homens a partir dos 40 anos devem realizar exames preventivos (MEDEIROS et al; 2010).

Ainda, segundo o trabalho de Silva e colaboradores (SILVA et al., 2013) a prevenção do câncer de próstata resalta a importância da informação contribuída pelo enfermeiro, julgando que uma das causas da descoberta tardia do câncer é a falta de informação dos pacientes. Com base nesse contexto, o enfermeiro seria a parte fundamental para repassar essas informações à população, o enfermeiro tem como função educadora, buscando ensinar e prestar cuidados, durante atendimentos. “A abordagem dos homens durante consultas de enfermagem podem contribuir nas descobertas de fatores de riscos, sinais e sintomas de possíveis alterações”. (SILVA et al 2012)

Foram criadas políticas para prevenção do câncer de próstata, como a Política Nacional da Prevenção do Câncer de Próstata cujo objetivo é diminuir a mortalidade por esse câncer e Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem, tendo atuação importante do

enfermeiro (GONÇALVES; PADOVANI; POPIM, 2008; MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2002). No que se refere a acesso ao sistema de saúde, as mulheres comparecem mais regularmente ao serviço de saúde que o homem, buscando maior atendimento primário (GONÇALVES; PADOVANI; POPIM, 2008; PAIVA; MOTTA; GRIEP, 2011). Culturalmente os homens procuram menos ao serviço de saúde, priorizando apenas em caso extremos: “Além disso, a falta de vínculo e acolhimento por parte do serviço de saúde pode levar ao afastamento dos homens dos cuidados com a saúde” (VIEIRA et al., 2008).

Com base no estudo de Paiva e colaboradores (PAIVA; MOTTA; GRIEP, 2011) há relatos dos pacientes que não realizam os exames por medo, isso explica a baixa procura ao atendimento primário, são falta de informações, medo de descobrir a doença, medo de realizar o exame de diagnóstico, tratamento e das complicações pós-tratamento (SILVA et al., 2012), reforçando a importância do profissional enfermeiro na informação à população masculina, para aproveitar momentos em que ele está buscando atendimento para outro fim e esclarecer a importância dos exames periódicos.

Segundo Vieira e colaboradores (VIEIRA et al., 2008), um dos determinantes para o aumento dos casos de câncer foi o aumento da expectativa de vida, hábitos alimentares e avanços nas campanhas de informações. Quanto à prevenção e descoberta precoce há diversas barreiras, tempo disponível, medo, falta de conhecimento, insegurança e tabus impostos pela sociedade citados pelos autores, com base na descoberta da doença, os principais exames são: USG (ultrassonografia) de abdome, PSA (antígeno específico prostático) e ETR (exame de toque retal), são exames que serão combinados para obter um diagnóstico preciso, sendo que o ETR pode ter falha de 30 a 40% e o PSA 20% segundo PAIVA et al; 2011.

Alguns autores ressaltam as barreiras que impedem a descoberta precoce, sendo a mais impactante o ETR, o toque retal é relatado pela sociedade como desconforto físico e psicológico, acreditando que possa estar ferindo a masculinidade, desencadeando um sentimento de invasão do íntimo masculino. Alguns pacientes referiram que não realizam o exame de toque retal porque acreditam que é um instrumento

que desestrutura a identidade de ser homem. São barreiras impostas na sociedade que deverão ser abordadas pelos profissionais de enfermagem, com divulgações em palestras, campanhas e nas consultas de enfermagem já que são eles que estão de frente na atenção primária, com ênfase na importância dos exames de prevenção (VIEIRA et al., 2008). “O principal motivo alegado pela população que não realizou o exame preventivo foi o médico não solicitou, seguido de ter medo de fazer, prefere nunca saber que tem câncer, nunca apresentou sintomas ou não achar importante” (PAIVA; MOTTA; GRIEP, 2011).

Outros pontos abordados pelos autores referentes às descobertas tardias vão além da falta de conhecimento citada no trabalho de Gonçalves e colaboradores (GONÇALVES; PADOVANI; POPIM, 2008): falta de comunicação, anotação em prontuários estudados deixa de fornecer dados importantes para descoberta do câncer, preconceito, crenças, tabus, culturas, não ter tempo para ir a Unidade Básica de Saúde, considerando-se que o acesso à saúde não se dá de forma igualitária em todas as regiões do país e o acesso ao serviço de saúde ainda é difícil (PAIVA; MOTTA; GRIEP, 2011).

Observamos durante o estudo que além do medo da descoberta da doença, os homens apresentaram maior preocupação com o tratamento, sabendo que quando se trata de câncer, a sociedade associa a morte, já no câncer de próstata o maior medo são as consequências deixadas, prevalecendo à impotência sexual,

incontinência urinária e o modo que ele será visto pela sociedade (PAIVA; MOTTA; GRIEP, 2011).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a pesquisa pôde-se observar que o câncer de próstata está aumentando com o passar dos anos, sabendo que a descoberta precoce seria o meio de ter maior controle da doença, porém é necessário ser trabalhado pelos profissionais de enfermagem; a cultura do machismo que se perpetua por séculos e um importante fator que interfere na saúde pública masculina, agregando diversas barreiras e impedindo a busca pelos serviços de saúde na prevenção, diagnóstico e tratamento.

Há elementos que podem ser trabalhados, tanto pelos profissionais de enfermagem, como pelas políticas públicas, voltadas para educação da população masculina referente à prevenção e descoberta precoce do câncer de próstata tornando mais eficaz o tratamento objetivando a cura.

Com essa iniciativa o enfermeiro sendo a porta de entrada na atenção primária do sistema único de saúde, além do papel de cuidar, terá que educar cada vez mais, buscando esclarecer dúvidas e fornecendo informações que dissolvam essas barreiras impostas, que afetam na aproximação do homem com o serviço de saúde. Há necessidade de mais estudos relacionados a esse assunto que conscientizem os enfermeiros no seu papel.

BIBLIOGRAFIA

BELINELO, R. G. S. et al. Exames de rastreamento para o câncer de próstata: vivência de homens. **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**, v. 18, n. 4, p. 697–704, 2014.

GONÇALVES, I. R.; PADOVANI, C.; POPIM, R. C. Caracterização epidemiológica e demográfica de homens com câncer de próstata. **Ciencia e Saude Coletiva**, v. 13, n. 4, p. 1337–1342, jul. 2008.

INCA. **Tipos de câncer | INCA - Instituto Nacional de Câncer**. Disponível em: <<https://www.inca.gov.br/tipos-de-cancer/cancer-de-prostata>>. Acesso em: 10 nov. 2019.

MEDEIROS, A. P.; MENEZES, M. DE F. B.; NAPOLEÃO, A. A. Fatores de risco e medidas de prevenção do câncer de próstata: subsídios para a enfermagem. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 64, n. 2, p. 385–388, 2011.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **PROGRAMA NACIONAL DE CONTROLE DO CÂNCER DA PRÓSTATA**. 2002

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DO HOMEM**. 2008

PAIVA, E. P. DE; MOTTA, M. C. S. DA; GRIEP, R. H. Barreiras em relação aos exames de rastreamento do câncer de próstata. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, v. 19, n. 1, 2011.

SILVA, A. B. DE M. et al. CONHECIMENTOS E PRÁTICAS SOBRE PREVENÇÃO DO CÂNCER DE PRÓSTATA: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA A ENFERMAGEM. **Revista Enfermagem**, v. 21, n. 2, p. 785–791, 2013.

SILVA, P. A. DOS S. et al. A SAÚDE DO HOMEM NA VISÃO DOS ENFERMEIROS DE UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE. **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**, v. 16, n. 3, p. 561–568, 2012.

VIEIRA, C. G.; ARAÚJO, W. DE S.; VARGAS, D. R. M. DE. O homem e o câncer de próstata: prováveis reações diante de um possível diagnóstico. **Revista Científica do ITPAC**, v. 5, n. 1, 2012.

VIEIRA, L. J. E. DE S. et al. Prevenção do câncer de próstata na ótica do usuário portador de hipertensão e diabetes. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 13, n. 1, p. 145–152, 2008.

ENSAIO

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E SEXUALIDADE

Luis Antonio da Silva

É de consenso entre a maioria das pessoas que a sexualidade é um fator essencial para o bem estar do indivíduo, sendo reconhecida como uma questão que envolve fatores biopsicossociais das pessoas.

Outro ponto que também é de conhecimento para muitos é que o tema *sexualidade* ainda é tratado como um tabu, cercado de mistérios e segredos, que são por vezes compartilhados em grupos de pesquisadores, ou até mesmo de pessoas que são de certa forma mais favoráveis a discutir, ou ainda “mais abertos” para questões relacionadas à sexualidade humana. Porém, sabemos que existem outros grupos “mais conservadores” ou até “altamente puristas” no que se refere a assuntos relacionados com sexo e a sexualidade.

Se para a sociedade, de maneira geral, o tema é complexo, imaginem quando este aborda a vida ou mesmo a prática da sexualidade por pessoas com deficiência. De que forma se pode pensar em uma sexualidade relacionada a um determinado grupo de pessoas que teve durante a sua trajetória social e política “o não direito à existência”?

Enquanto realizava minha pesquisa para a dissertação de mestrado, que visa essencialmente abordar as questões relacionadas com a inclusão e as políticas públicas de inclusão para pessoas com deficiência, deparei-me com um questionamento anterior à inclusão: por qual razão historicamente as pessoas com deficiência foram excluídas da sociedade?

Não é possível abordar a questão da sexualidade de pessoas com deficiência sem antes entender, no meu ponto de vista, por qual motivo não encontramos na literatura, principalmente na área de pesquisa, o tema sexualidade de pessoas com deficiência, sem compreender previamente quem são estas pessoas na sociedade, para não terem este tema como relevância nos anais da educação e até mesmo médico, sob o ponto de vista biopsicossocial.

Ocorre que, seja na antiguidade ou até na recente contemporaneidade, toda a trajetória social e política de pessoas com deficiência esteve

sob a égide de uma série de dogmas e paradigmas sociais, políticos e religiosos que enquadravam as pessoas com deficiência como indivíduos que “não eram dignos” de compartilhar dos mesmos “direitos” que as ditas pessoas “normais”.

O “ser normal”, neste caso, estava diretamente relacionado aos padrões sociais e políticos de suas respectivas épocas, o que, de certa forma, favoreceu o estabelecimento dos estigmas relacionados às pessoas com deficiência, sendo traduzidos pelo termo “pessoa deficiente”.

É importante destacar que esse conceito sobre a “pessoa deficiente” tem suas bases principalmente no ocidente, considerando como marco histórico desta característica “a imagem e semelhança do filho de Deus, conforme a doutrina católica”; portanto, todos os nascidos que não atendessem a este princípio “não seriam perfeitos”.

Por conta desta “tal imperfeição”, o período medieval, marcado essencialmente por produções filosóficas, culturais, políticas, sociais e até médicas, colocou as pessoas com deficiência sobre a tutela da Igreja Católica, respondendo esta por toda a condição de vida e bem estar de pessoas com deficiência, renegando aos pais o direito de cuidar dos seus, até porque, se a criança nasceu com deficiência, “é fruto de um pecado” ou “nasceu pecadora”. Independentemente do nome dado, o fato é que estas pessoas não recebiam o devido tratamento médico ou os cuidados necessários para sua existência; estes lugares, em sua maioria conventos ou até mesmo os hospitais funcionavam muito mais como prisão, onde todos os princípios da dignidade humana eram negados – quem dirá, então, abordar questões relacionadas à sexualidade?

Vale ressaltar que não estamos falando aqui de uma ou outra deficiência; falamos essencialmente de pessoas que, nascidas com deficiência, sejam elas mentais, intelectuais ou físicas, eram tratadas como indivíduos que não se enquadravam nos padrões sociais e culturais de seus períodos.

O fato mais curioso em tudo isso é que não se encontram dados ou registros que abordem estes mesmos tratamentos para pessoas cegas ou as pessoas surdas. O que se sabe é que estas duas deficiências tiveram tratamentos diferentes na história, pois se considerava deficiência aquilo que se falta fisicamente ao indivíduo e, neste caso, os olhos e as orelhas estão preservados; logo, eram considerados “normais” para os padrões sociais e, assim sendo, não eram excluídos de seus familiares ou mesmo da sociedade.

Por conta deste conceito de normalidade, pode-se afirmar que, tanto a cegueira, como a surdez, foram os tratamentos e os métodos inclusivos que mais se desenvolveram na história por conta de métodos de alfabetização e aprendizagem. No caso dos surdos, entretanto, foi proibido, principalmente pela religião, o uso de sinais para se comunicarem, por ser uma forma que utiliza as mãos.

Dando segmento na trajetória social e política das pessoas com deficiência, a evolução dos tratamentos médicos fez com que a Igreja deixasse de ser a cuidadora das pessoas com deficiência para que a medicina assumisse esse papel. Neste caso, o discurso passa a ser de que “a medicina sabe o que é melhor para você”, não se dando o direito e voz a quem mais interessava o tema, ou seja, à própria pessoa com deficiência e a sua família, que agora passava a assumir a responsabilidade de cuidar dos seus.

Era inimaginável pensar em termos médicos que uma pessoa com deficiência era capaz de ter ou sentir prazer sexual, até porque, se existe uma deficiência, essa deficiência deve resumir ou sintetizar o que essa pessoa é e, caso houvesse qualquer manifestação da sexualidade, essa era atribuída à deficiência, em uma tentativa de justificar o que estava ocorrendo com aquela pessoa.

No que concerne aos cuidados da pessoa com deficiência, a família deveria ser sua única guardiã. Se os pais faltassem no cuidado desta, os irmãos tinham a responsabilidade de cuidar, uma vez que não se cogitava a possibilidade de um casamento de uma pessoa com deficiência e, se isso acontecesse, seria por “pena” ou até mesmo “dó”, negando, assim, às pessoas com deficiência o direito a uma vida plena, seja no matrimônio ou até mesmo como pai ou mãe.

Em termos históricos, pode-se dizer que existem alguns marcos que foram determinantes para que o processo de inclusão das pessoas com deficiência começasse a surtir efeitos para que

este grupo de indivíduos passasse a ter a visibilidade necessária.

Em 1981, é declarado o Ano Internacional da Pessoa Deficiente pela Organização das Nações Unidas (ONU), que, por ser um ano que trouxe vários eventos e debates sobre o tema, também proporcionou a visibilidade das pessoas com deficiência quanto indivíduos em sociedade.

Outro marco importantíssimo foi a Assembleia Nacional Constituinte, na qual o debate dos direitos e garantias sociais foi um dos pontos chave para favorecer as políticas públicas de inclusão de pessoas com deficiência, contempladas em diversos Capítulos e Artigos da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988.

Desta forma, pode-se resumidamente afirmar que esta trajetória determina a inclusão de pessoas com deficiência e, por conseguinte, passa a ser fator determinante para o protagonismo das mesmas. Estes direitos e garantias, ou mesmo o protagonismo, porém, não foram suficientes para o que tema sexualidade das pessoas com deficiência viesse à tona, para que o assunto fosse abordado dentro de casa nas escolas e na Academia como tema de pesquisa.

O sexo ou mesmo a sexualidade de pessoas com deficiência, de certa forma, sempre esteve relacionado com algo que “não era considerado normal”. É possível observar que as pessoas com deficiência sempre foram tratadas “como alguém que não tinha ou deveria ter voz”, portanto as questões de abuso, principalmente relacionado ao sexual, de certa forma sempre estiveram presentes na trajetória destas pessoas.

Por estarem à margem da sociedade em diversos casos, a maioria dos abusos sexuais não eram assim considerados, culpabilizando a vítima pelo comportamento desajustado, uma vez que o abusador seguia o estereótipo “do homem de boa índole”. Especificamente sobre a violência contra pessoas com deficiência, apesar de termos no território nacional da Delegação de Proteção à Pessoa com Deficiência, os casos de notificação não são declarados especificamente contra pessoas com deficiência, mas sim contra vulnerável, ou como crimes sexuais, ou até mesmo pela Lei Maria da Penha.

O que se percebe é que toda trajetória ou relatos que envolvam pessoas com deficiência são em sua maioria baseados em casos que colocam as pessoas com deficiência em papel de vulnerabilidade e indefeso. Mas, de quem exatamente estamos falando? Estamos falando de um grupo; segundo dados estatísticos do IBGE

(Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) no último senso realizado em 2010, a população com deficiência na faixa etária entre 15 e 64 anos era de, aproximadamente, 32 milhões de brasileiros, considerando-se neste caso as deficiências físicas, visuais, auditivas, mentais ou intelectuais, e motoras.

Considerando-se que estamos há quase uma década do último senso, estamos falando uma população em plena fase do desenvolvimento ou de práticas da sua cidadania e, porque não dizer, de pessoas que desejam se relacionar socialmente e exercer seu direito de expressar e manifestar sua sexualidade.

Como garantia de direitos, inclusive da expressão e exercício da sexualidade, as pessoas com deficiência contam com uma Lei Complementar à Constituição Federal de 1988, a Lei 13.146 de 06 de julho de 2015, chamada Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Por princípio, essa Lei visa essencialmente garantir e assegurar em direitos de igualdade o exercício da plena cidadania das pessoas com deficiência. Vários aspectos são abordados nesta Lei, a exemplo dos aspectos que definem quais características estão envolvidas em relação a uma pessoa com deficiência, o direito à igualdade e à não discriminação, entre outros aspectos abordados em seus artigos e parágrafos.

Especificamente no se refere à questão da plena capacidade civil, o Artigo 6º aborda questões relacionadas com o direito ao casamento e união estável, ao exercício dos direitos sexuais e reprodutivos, número de filhos e o acesso a informações sobre reprodução e ao planejamento familiar, inclusive o direito a ter sua fertilidade preservada, sendo proibido a esterilização não autorizada. O direito à sexualidade, paternidade e maternidade estão contemplados no Artigo 8º, que determina ser dever do Estado, da sociedade e da família assegurar prioridades em relação à pessoa com deficiência.

No que tange o papel da família, essa tem um papel determinante para que a pessoa com deficiência possa exercer plenamente sua cidadania e contribuir para que venha a ser protagonista de sua própria existência.

O nascimento de um filho ou uma filha com deficiência afeta diretamente os desejos em relação ao nascimento de uma criança, que, em tese, está sempre sendo cercada de desejos felicidades e saúde. Acontece que, quando o

diagnóstico de determinada síndrome ou deficiência é detectado durante a gestação, nascimento ou nos primeiros anos de vida de uma criança, a família, considerando essencialmente os pais ou os envolvidos diretamente nos cuidados dela, veem-se diante de um estado de preocupação e angústia, muitas vezes geradas por sentimento de culpa, fracasso e até castigo, por não verem os votos de saúde se concretizar. Estes sentimentos paternos ou maternos envolvem a instituição familiar há séculos, já que os filhos são considerados a concretização, hereditariedade e continuidade da própria. E como estes sentimentos podem se concretizar uma vez que o filho ou a filha é uma criança com deficiência?

A forma como a família aborda esse entendimento, que pode passar por sentimentos de negação, adaptação e aceitação, é o ponto decisivo para determinar de que forma essa criança com deficiência terá uma vida restrita aos cuidados e proteção dos seus, ou será uma criança que verá na sua vida a possibilidade de se tornar protagonista de sua história.

O que determina a linha tênue entre o cuidado extremo e protagonismo é a forma como a família trata a criança: se ela é vista pela somente pela sua deficiência ou se é vista como uma criança que, independentemente ou apesar da deficiência que apresenta, é um ser humano que irá se desenvolver mesmo possuindo algumas limitações comportamentais e/ou atitudinais em relação aos demais.

O fato é que, para a família, a sexualidade, assim como mencionado anteriormente, é um tabu ou é um tema inexistente, pois a própria família tende a não considerar que este indivíduo é uma pessoa que tem plena capacidade de exercício da sua sexualidade. Se em famílias que não possuem pessoas com deficiência, o tema sexualidade não é comum de ser abordado, nas famílias em que encontramos pessoas com deficiência esse tema é duplamente ignorado.

Não obstante, esta sexualidade existe e está presente entre as pessoas com deficiência que, da mesma forma que as pessoas sem deficiência, procuram entender o que está acontecendo consigo mesmas em relação a seu corpo e seu desejo, e, não encontrando espaço para discussão deste tema em casa, buscarão orientação fora dela, podendo ou não encontrar informações corretas e sem distorção. Neste contexto, é importante e até mesmo essencial identificar sobre qual tipo de deficiência se está

falando, para saber de qual forma ou como será exercida a sexualidade.

As deficiências são classificadas em deficiências físicas, auditivas, visuais, mentais e as múltiplas. Nos casos em que não há comprometimento neurológico, motor ou intelectual, severo ou completo, a capacidade do indivíduo em exercer a sua sexualidade pode sim ser comprometida; logo, ao abordar a sexualidade da pessoa com deficiência, devemos, antes de tudo, considerar a qual tipo e comprometimento em relação à deficiência estamos falando.

Assim como se discute a sexualidade com pessoas sem deficiência, a temática é a mesma para as pessoas com deficiência, porém é essencial saber como a deficiência afeta o entendimento e o modelo que esta pessoa tem relação ao seu corpo, em relação aos seus sentimentos e a como estes se manifestam. A abordagem deve estar centrada na pessoa, em seus desejos e interesses em relação à sexualidade e, havendo o devido espaço e contexto, identificar e saber como a deficiência que essa pessoa apresenta interfere ou se relaciona para a manifestação de sua sexualidade.

Dentre as várias crenças anteriormente tidas como verdades e que já abordamos em nosso texto, outras são manifestadas em relação à sexualidade da pessoa com deficiência, especificamente as que se referem ao fato de que pessoas com deficiência não são atrativas sexualmente, não são *sexy*, são assexuadas, que não gostam ou se ofendem ao serem tocados, principalmente onde não possuem terminações nervosas ou onde não sentem e, por não terem terminações ou sentirem essas partes do corpo, não sentem prazer e interesse no que se refere ao sexo. Além destas citadas, há ainda as que destacam o fato de que as pessoas com deficiência são tristes ao fazerem sexo, por este lembrá-las de que são pessoas com deficiência.

Em contrapartida, quando se procura informações sobre a sexualidade da pessoa com deficiência, encontra-se um vasto conteúdo que aborda principalmente o sexo de pessoas cadeirantes; algumas pesquisas inclusive dão conta de um rol de posições para práticas sexuais utilizando a cadeira de rodas. Novamente, deparamo-nos com questões que envolvem estereótipos e preconceitos em relação ao cadeirante, como, por exemplo, não sentirem prazer, não ter ereção no caso dos homens ou ter prazer nos casos de mulheres, e em ambos o

questionamento sobre poder ou não engravidar e/ou gerar um filho. Todas essas crenças a respeito dos cadeirantes ou às demais pessoas com deficiência visam somente reforçar preconceitos em relação às pessoas com deficiência e sintetizam a falta de informação da maioria da população sobre os tipos de deficiência.

Como profissionais e/ou pessoas que trabalham ou se envolvem em temas relacionados à sexualidade, o cuidado ao se abordar a sexualidade das pessoas com deficiência está diretamente relacionado ao entendimento sobre a própria deficiência, ou seja, saber sobre a deficiência e seus aspectos biopsicossociais, além de entender quais são os condicionantes existentes ou não para que uma pessoa possa ou não exercer de maneira satisfatória a sua sexualidade, além de entender se há ou não alguma interação medicamentosa de uso contínuo que pode ou não interferir ou até mesmo comprometer o exercício ou a manifestação da sexualidade da pessoa com deficiência. Sobre os relacionamentos pessoais, amorosos e sexuais das pessoas com deficiência, estes se dão da mesma maneira que entre as pessoas sem deficiência.

Encontramos em todos os lugares físicos acessíveis, evidentemente, pessoas com deficiência vivendo a plenitude de sua vida, seja no ambiente social, educacional, profissional e relacional, entre outros. Entretanto, nem todas as pessoas com deficiência se sentem confortáveis e/ou seguras para se relacionar em ambientes sociais, encontram na internet e por meio de instrumentos de busca a facilidade que necessitam para conhecer pessoas, interagir, construir relacionamentos sexuais e até mesmo relacionamentos amorosos. Como a rede mundial de computadores permite o anonimato, todos podem assumir a identidade que desejam, facilitando, assim, o entrosamento, comunicação e interação.

Neste sentido, a internet, para pessoas com deficiência, acabou sendo um facilitador para conhecer pessoas, sem que haja necessariamente a rejeição ou pré-conceito que poderia existir em relação a um encontro pessoal entre uma pessoa sem deficiência e uma pessoa com deficiência. Além das salas de bate-papo, há hoje em dia aplicativos que favorecem a interação, no amplo sentido da palavra, entre pessoas com deficiência e as pessoas sem deficiência.

Não se pode generalizar ou determinar que pessoas com deficiência preferam se relacionar com pessoas com deficiência e o contrário também se faz verdadeiro. O que sabemos em relação à sexualidade da pessoa com deficiência é que seus relacionamentos são considerados saudáveis à medida que encontram parceiros ou parceiras que se sintam satisfeitos e felizes em seus relacionamentos, sejam estes amorosos e/ou sexuais. A relação sexual e amorosa entre pessoas com deficiência e pessoas sem deficiência, porém, não é vista totalmente de maneira saudável ou salutar entre os envolvidos.

Estudos relatam que o desejo de pessoas sem deficiência em manter relações sexuais com pessoas com deficiência, os chamados *devotees*¹, foram citados na literatura médica em 1800, e os casos de *wannabes*², em 1882, nos Estados Unidos. Os *devotees* são pessoas (homens ou mulheres, heterossexuais ou homossexuais) que se sentem sexualmente atraídas por pessoas com deficiência. Já os *wannabes* são *devotees* que desejam se tornar, de fato, pessoas com deficiência.

Encontramos ainda outro grupo de pessoas sem deficiência que desejam manter relações sexuais com pessoas com deficiência, os chamados *pretenders*³, que são pessoas que, além de serem *devotees*, sentem-se sexualmente estimuladas quando fingem ser deficientes, utilizando, em público ou privadamente, equipamentos como cadeira de rodas, muletas, bengalas, aparelhos ortopédicos, entre outros.

O que não é abordado nestas pesquisas são as razões pelas quais pessoas sem deficiência busquem realizar seus desejos sexuais apenas com pessoas com deficiência. Não existe, obviamente, problema algum para este tipo de desejo, entretanto o que chama a atenção, principalmente no que se refere a pessoas com deficiência, é se esse desejo se dá somente pela pessoa ter uma deficiência ou se é um interesse amoroso pela pessoa.

Uma vez mais, enquanto profissionais que trabalham ou abordam a questão da sexualidade, devemos e temos que respeitar as escolhas que a pessoa com deficiência faz na busca de sua felicidade e sexualidade; estas escolhas a tornam

uma pessoa feliz e nos cabe, então, favorecer com esta pessoa possa viver plenamente seus relacionamentos e sua sexualidade.

Pode-se dizer, por fim, que abordar a sexualidade da pessoa com deficiência não nos distancia das mesmas situações ou problemas que temos ao abordar a sexualidade com uma pessoa sem deficiência; o que devemos nos atentar é a que a pessoa com deficiência tem uma história social e política que não pode ser desconsiderada ou desconstruída; que respeitar as individualidades e o respeito ao ser humano é requisito essencial não só para pessoas com deficiência, mas a todas as pessoas, independentemente de suas escolhas, opções ou desejos; e que enquanto profissionais ou pessoas que abordem a questão da sexualidade, o estudo e aprendizado constante é fundamental para conviver e trabalhar com a diversidade social, cultural e relacional das pessoas.

SOBRE O AUTOR:

Mestre com formação Multidisciplinar em Administração, Comunicação e Educação pela Universidade São Marcos (maio/2012), tendo como tema de dissertação *Pessoas com deficiência: trajetórias sociais, políticas e os programas de inclusão na cidade de São Paulo*.

Pós-graduado com MBA em Gestão Empresarial pela Uninove (2009), Formação Tecnológica em Organização e Gestão de Eventos pela Universidade Anhembi Morumbi (2004), Psicologia pela Universidade São Marcos (1994), e Especialização em Acompanhamento Terapêutico pelo Grupo Vivência (1990).

Possui ainda Capacitação em Saúde e Educação Sexual pela Vivendo Melhor (2016), e formação em *Personal and Executive Coach* pelo Instituto de Coaching Integrado – ICI (2008), e *The Coaching Clinic* pela Corporate Coach U - Universidade da Califórnia (2008).

Professor Universitário para cursos de graduação e tecnológicos, e para Pós-graduação em Gestão Empresarial, Recursos Humanos, Terapia Familiar e de Casal, Terapia e Educação Sexual, e Pesquisa Clínica.

Consultor SR em Recursos Humanos nas áreas de Planejamento Estratégico em Recursos Humanos, Programas de Treinamento e Desenvolvimento de Lideranças e Competências, *Coaching* e *Mentoring* para empresas de médio e grande porte nos segmentos de prestação de serviços financeiros, saúde, indústria, construção civil, óleo e gás, cooperativismo, entre outras.

Plataforma Lattes - <http://lattes.cnpq.br/4713299386600101>
luisantonio.psicologo@outlook.com

¹ *Devotees* – devotos

² *Wannabes* – imbecis

³ *Pretenders* – pretendentes

NORMAS GERAIS PARA PUBLICAÇÃO

A Revista Santa Rita tem por finalidade publicar artigos acadêmicos, ensaios e resenhas de seus professores, alunos e outros colaboradores, no intuito de difundir o conhecimento, promover a integração acadêmica e estabelecer um espaço no qual tanto o docente quanto o discente possam manifestar os resultados de sua produção intelectual e profissional.

Os textos enviados serão submetidos ao Corpo Editorial, que dispõe de plena autoridade sobre a conveniência da publicação e poderá decidir pela aceitação ou não do trabalho, bem como eventualmente sugerir alterações de estrutura ou conteúdo ao(s) autor(es). As ideias e conceitos serão de exclusiva responsabilidade de seus autores, não refletindo, obrigatoriamente, a opinião da revista.

Os trabalhos deverão ser enviados para o endereço eletrônico: revista@santarita.br, gravados em formato .doc ou .docx, acompanhados por uma autorização de publicação em separado que deverá ser ratificada após a aceitação do trabalho. O envio dos trabalhos implica na cessão imediata e sem ônus dos direitos de publicação para a revista. O(s) autor(es) continua(m) a deter todos os direitos autorais para publicações posteriores do artigo, devendo, sempre que cabível, fazer constar a referência à publicação na revista. Os créditos dos autores deverão ser apresentados abaixo do título do trabalho, contendo: nome completo, sem abreviações do(s) autor(es), nome da instituição de origem, graduação, titulação e profissão, além do e-mail a ser divulgado na publicação.

Os textos deverão ser digitados em fonte Calibri 11 com espaçamento simples, justificado. As margens devem ser: superior - 3cm; inferior - 2cm; esquerda - 3cm; direita - 2cm. As notas explicativas devem ser apresentadas no rodapé de cada página, com numeração contínua. Os dados e conceitos emitidos nos trabalhos, bem como a exatidão das referências bibliográficas e toda a revisão ortográfica são de responsabilidade exclusiva de seu(s) autor(es).

O artigo deverá ser estruturado da seguinte forma: título, nome completo do(s) autor(es) com sua formação, titulação e atividade profissional atual, e-mail de contato, resumo com três a cinco palavras-chave (e os seus correspondentes em outra língua - inglês, francês, espanhol, alemão ou italiano). O texto poderá ter a seguinte estrutura: introdução (temática, justificativa, objetivos e metodologia), argumentação teórica, resultados, considerações finais, referências bibliográficas e apêndice e anexos quando for o caso. As citações com mais de três linhas, deverão aparecer em parágrafo recuado, com espaço simples e fonte 9, seguidas de parêntese contendo o sobrenome do autor do referido texto em letras maiúsculas, ano de publicação e página(s) do texto citado; aquelas com menos de três linhas devem ser incorporadas ao texto, entre aspas, sendo a fonte citada da mesma forma que acima descrito, ou em nota de rodapé. As ilustrações devem seguir o padrão geral do texto e identificadas com título, legenda e referência. As referências bibliográficas deverão estar de acordo com as normas da ABNT (NBR 6023).

O Corpo Editorial não se obriga a publicar as colaborações que lhe forem remetidas. Os textos que não estiverem de acordo com as Normas Editoriais serão devolvidos para que sejam feitas as devidas alterações. Os trabalhos não publicados serão devolvidos aos seus autores desde que requeridos.